

BPC é renda de idosos na miséria

Lobby rentista quer assaltar os direitos até de superpobres

Arquivo



Congresso do PC russo restaura a verdade sobre Joseph Stalin e repudia informe de Krushchev

O recém concluído XIX Congresso do Partido Comunista da Federação Russa, realizado em meio às comemorações dos 80 anos da vitória sobre o nazismo, três anos da guerra contra a expansão da Otan e com a Rússia sob 30.000 sanções, aprovou a "restauração da plena justiça histórica sobre Stalin", repudiou o "relatório de Khrushchev" ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e conclamou o presidente Putin a devolver a Volgogrado seu nome heróico de Stalingrado. **Página 7**

HORA DO POVO

ANO XXXV - Nº 4.008 9 a 15 de Julho de 2025



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Gasto de 1 tri com juros fica intocado. Já social e seguridade, é corte

O lobby dos banqueiros está fazendo pressão para se apropriar até dos poucos recursos de quem vive com o BPC - Benefício de Prestação Continuada - que destina um salário mínimo mensal (1518,00 reais) ao idoso com mais de 65 anos que não tenha rendimento ou a quem tenha deficiência.

Tudo para manter a escalada do gasto com juro, que já chega a R\$ 1 trilhão ao ano, sem a contrapartida de nenhum aumento de imposto sobre os super ricos. Defendem o archo do salário, pejotização, fim da CLT e aposentadoria. Criam miseráveis aos milhões e depois reclamam que há mais miseráveis. **Página 2**

Lula rechaça ameaças de Trump ao BRICS e condena sobretaxas

AFFP



Mortos pelo ataque de Israel do dia 9 de julho, em Khan Yunis, são colocados em frente ao Hospital Nasser

Netanyahu propõe confinar 600 mil em campo de concentração

Genocida quer ter sua própria Auschwitz, área murada em Gaza com saída proibida

O ministro de Defesa israelense, Israel Katz, anunciou esta semana que instruiu o exército a preparar um plano para estabelecer um campo de concentração nas ruínas de Rafah, cidade localizada

no extremo sul da Faixa de Gaza, onde pretende amontoar toda a população palestina. O governo de Netanyahu estima, inicialmente, que 600 mil palestinos que estão lutando para sobreviver na

área costeira de Mawasi, perto de Rafah, onde têm chegado nos últimos meses após serem deslocados à força de outras partes da região, serão confinados no que Katz chamou perversamente de

"cidade humanitária". Só não esclareceu ainda se colocará uma plaquinha na entrada escrita "o trabalho liberta". Diariamente, dezenas de palestinos são assassinados por Israel. **Página 6**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi lacônico diante das ameaças de Donald Trump ao bloco de países que integram o BRICS: "Não aceitamos nenhuma reclamação contra a reunião do BRICS". E acrescentou: "Não concordamos quando, ontem, o presidente dos Estados Unidos insinuou que vai taxar os países que negociarem com o BRICS." O atual inquilino da Casa Branca, que se considera um imperador do mundo, não tem poupado palavras para ameaçar nações soberanas, inclusive parceiros tradicionais dos EUA. **Página 3**

CBERS: Brasil vai dar salto histórico em satélite tendo a China parceira

Em suas redes sociais, a ministra de Ciências, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o importante acordo para desenvolvimento do primeiro satélite brasileiro geostacionário: o CBERS-5. "É um salto histórico! Vamos entrar em um grupo seleto de menos de 10 países com domínio dessa tecnologia [...] O CBERS-5 é um marco", disse a ministra Luciana Santos. **Página 4**

Deputados de Israel em rituais sexuais sádicos com crianças, depõem vítimas

Mulheres relataram terem sido vítimas de perversos abusos em cerimônias religiosas ao longo de anos em Israel com a participação de fascistas do parlamento. Os depoimentos foram prestados em reunião conjunta do Comitê do Knesset e do Comitê Especial sobre Jovens Israelenses. **P. 6**

Acorda, Barroso!

Luiz Roberto Barroso, ministro do STF, ao analisar as "mudanças" ocorridas no mundo do trabalho fez algumas afirmações sobre as quais impõem-se também algumas considerações. "O mercado mudou e a terceirização se impôs como uma opção"; "eu acho que, em certos casos, o excesso de proteção desprotege", disse o ministro. A partir de sua lógica, o Brasil, cujo mercado de trabalho já é formado por 50% de informais, deve considerar que essa é uma tendência inevitável, como inevitável é a superação da legislação que o protege, pois, afinal, na avaliação de Barroso, a proteção desprotege o trabalhador. **Página 3**

Putin: "modelo de globalização liberal agora está virando obsoleto"

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, ao discursar na cúpula do BRICS, disse que a era da globalização se tornou obsoleta e que o foco dos mercados está se voltando para as economias emergentes. "Tudo indica que o modelo de globalização liberal está se tornando obsoleto," disse Putin por videoconferência. **Página 7**

"Tributar lucros e dividendos", escreve Paulo Kliass

Sem crédito e com juros nas alturas, vendas do comércio caem em maio

No mês as vendas no varejo caíram 0,2%, após queda de 0,4% em abril

As vendas no comércio varejista no país caíram 0,2% em maio frente a abril (-0,4%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (8). Frente a maio de 2024, o volume de vendas do varejo cresceu 2,1%.

Na média móvel trimestral, as vendas do comércio ficaram praticamente estagnadas, ao variarem em alta de 0,1% no trimestre encerrado em maio. No acumulado do ano até maio, o varejo restrito registra alta de 2,2% e, em 12 meses, cresceu 3%.

Foi o segundo mês consecutivo de queda após alta de 0,8% em março. Segundo o gerente da Pesquisa Mensal de Comércio, Cristiano Santos, o recuo nas vendas do comércio está relacionado, por um lado, pelo “efeito base”, já que em março alcançou o topo da série histórica, e, por outro lado, pelo impacto dos juros altos do Banco Central (BC) sobre o setor.

“Para explicar essa retração dos últimos dois meses consecutivos do comércio varejista, um deles é o crédito da pessoa física, que caiu após uma sequência de altas na taxa básica de juros (Selic). O resultado no mês, dessa passagem no volume do crédito da pessoa física foi menor, diminuiu -3%”, destacou Santos.

Entre setembro de 2024 e junho de 2025, foram sete aumentos seguidos nos juros pelo Banco Central, com a Selic passando no período de 10,5% para 15%, e elevando os juros reais a cerca de 10%, entre os maiores do planeta, encarecendo o crédito, afastando investimentos e inibindo o consumo de bens e serviços no país.

Segundo o IBGE, no comércio varejista ampliado (que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, etc.) o volume de vendas cresceu apenas 0,3% em maio, após queda de -1,9% em abril.

No trimestre encerrado em maio, não houve crescimento (0,0%) nas vendas do comércio varejista ampliado. No ano, a modalidade encontra-se 1,1% em alta, e em 12 meses, aumentou 2,4%. Frente ao mesmo período de 2024, houve alta de 1,1%.

Entre a abril e maio de 2025, cinco das oito atividades do comércio varejista pesquisadas apresentaram taxas positivas de crescimento: Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (3,0%), Móveis e eletrodomésticos (2,0%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,7%), Tecidos, vestuário e calçados (1,1%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,4%).

Registraram recuos em suas vendas: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,1%), Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,0%) e Combustíveis e lubrificantes (-1,7%).

No comércio varejista ampliado, as vendas de Veículos e motos, partes e peças cresceu 1,5%, enquanto em Material de Construção não houve crescimento (0,0%) na passagem de abril para maio de 2025.

Bolsonaristas querem cortes de direitos e imposto só para pobres

Seguidores de Bolsonaro e demais bajuladores de bancos escravizam os trabalhadores, depenam a Previdência, defendem arrocho salarial e reclamam que haverá muita gente dependendo do BPC

O recente embate público entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre a alteração nas alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) escancarou para o país inteiro que o objetivo do bolsonarismo e de outros serviços dos banqueiros e agiotas é cortar direitos sociais, como estão fazendo com o BPC (Benefício de Prestação Continuada) dos pobres e obrigá-los a arcar com a carga tributária no país. Não admitem que os bilionários paguem impostos.

sem alguma preocupação com isso. Não têm. Exigem cortes de programas sociais, da Previdência Social, dos serviços públicos e de investimentos do governo para sobrar mais para eles.

O próprio presidente Lula já percebeu que a austeridade é desastrosa para o país. “A política de austeridade fiscal não deu certo em nenhum lugar do mundo”, disse ele, durante a divulgação do Plano Safra 2025/26. Lula responsabilizou as exigências de austeridade fiscal pelas crises sociais que estamos assistindo em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Diferente de sua equipe econômica, para ele, as condicionalidades impostas por instituições financeiras internacionais aprofundam desigualdades. “Toda vez que se fala em austeridade, o pobre fica mais pobre e o rico fica mais rico”, denunciou o presidente.

A direita bolsonarista e os demais papagaios dos bancos não aceitam de forma alguma que os ricos paguem impostos no Brasil. São defensores dos bilionários. São contra a isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais, como defende o governo Lula. Não admitem que os que ganham mais de R\$ 50 milhões em dividendos ou distribuição de lucros paguem imposto de renda. Já o assalariado, esse tem que pagar até 27% de seus salários todos os anos.

CULPAR O BPC

Eles chantageiam o governo para que faça cortes sociais imediatamente. E o problema é que, infelizmente, a área econômica do governo acaba fazendo o que eles querem, como está ocorrendo com o BPC, por exemplo, que teve dificultado o seu acesso. É claro que, se continuarem cortando direitos e transformando o mercado de trabalho numa selva feroz e sem leis, haverá muito mais miseráveis no futuro precisando de BPC.

Agora, fazem um alarde de que haverá rombo na Previdência. Divulgam um estudo cínico, como o que foi publicado nesta segunda-feira (7), pelo jornal “O Globo”, dizendo que daqui a 15 anos haverá uma explosão de gastos e muitos necessitados de BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é um programa dirigido a idosos miseráveis e incapacitados para o trabalho. Ou seja, defendem cortes e escravidão, agora, e alardeiam que daqui a 15 anos vai faltar dinheiro na Previdência Social. E muito cinismo.

Nas discussões, tanto na Câmara como no Senado, assim como na imprensa que repercute os interesses da Faria Lima, se viu que a insistência de todos os bajuladores de banqueiros é que as contas públicas sejam “ajustadas” com o sacrifício dos pobres, da classe média e de mais ninguém. Não admitem que ricos paguem impostos.

R\$ 1,2 TRILHÃO SÓ DE JUROS

Lula também falou sobre o BPC e se mostrou muito indignado com a situação e com algumas medidas tomadas até mesmo por sua própria equipe de governo. “Nós temos neste país pagamento da taxa de juros de quase 1,2 trilhão de reais, enquanto temos de desoneração, de isenção fiscal 680 bilhões de reais”, denunciou o presidente.

“E eu fico triste quando eu vejo as pessoas jogarem a culpa por essa situação em cima dos doentes, em cima do BPC (Benefício de Prestação Continuada), em cima do Bolsa Família, em cima do Pé de Meia, criado para garantir que 500 mil moleques que saíam da escola porque tinham que trabalhar, não desistam e possam voltar a estudar”, acrescentou Lula. Ou seja, o presidente da República parece estar se conscientizando da necessidade de mudanças urgentes. E, nisso, nós estamos inteiramente de acordo.

Não aceitam reduzir, por exemplo, a “gastança” desenfreada com os juros, que transfere R\$ 1 trilhão do orçamento público para os bilionários e especuladores todos os anos. Não se pode falar em reduzir juros que eles ficam nervosos e ameaçam com o fantasma da inflação, como se eles tives-



Foto: Marcello Casal Jr - Agência Brasil



Foto: Vitor Solemar

Paulo Kliass em debate no Clube de Engenharia no Rio de Janeiro

Tributar lucros e dividendos, por Paulo Kliass

“Trata-se de uma medida tributária mais do que justa e necessária. Apesar das três décadas de atraso, o fim da isenção de lucros e dividendos viria a corrigir essa enorme regressividade em nosso modelo de arrecadação”

Em dezembro de 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) sancionou a Lei nº 9.249. Na origem, tratava-se de um Projeto de Lei (PL 913/95) encaminhado por ele mesmo ao Congresso Nacional tratando de modificações na legislação relativa ao Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ), para 15%, para travar os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

“Há uma clara perda de ritmo na indústria e isso se deve por conta de uma perda de demanda por produtos industriais que a gente vê desde o final do ano passado”, destaca o economista. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/faturamento-da-industria-encolhe-12-em-maio-aponta-cni/>

sendo afetada pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central (BC). Com sete decisões seguidas de aumentos no nível da taxa nominal, entre setembro de 2024 e junho de 2025, a Selic subiu de 10,5% para 15%, para travar os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

“Há uma clara perda de ritmo na indústria e isso se deve por conta de uma perda de demanda por produtos industriais que a gente vê desde o final do ano passado”, destaca o economista. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/faturamento-da-industria-encolhe-12-em-maio-aponta-cni/>

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.” (...)

No final do presente ano serão completadas três décadas de vigência desta verdadeira excessividade tributária. Neste quesito, o Brasil está acompanhado tão somente de outros dois países: Letônia e Estônia. A oferta de tamanha benesse ao capital representa um absurdo em termos de aumento do já elevado grau estrutural da regressividade do sistema tributário brasileiro. Contando com um modelo de impostos baseado essencialmente no consumo, nosso País quase não tributa o patrimônio e as rendas elevadas. No entanto, tal distorção que acompanha a regime de arrecadação desde sempre, foi ainda mais agravada quando o Congresso Nacional decidiu por isentar também os lucros e os dividendos.

GENEROSIDADE DE FHC EXISTE DESDE 1995

Para além da injustiça tributária flagrante e da perda de capacidade arrecadatória

evidente, a novidade provocou um profundo rearranjo perverso no interior das próprias relações trabalhistas. As empresas passaram a estimular parte de seus assalariados a criarem pessoas jurídicas (PJs) de fachada para burlar a contratação formal via carteira de trabalho. Com isso, em especial os contratados de maior remuneração passaram a não mais pagar imposto de renda, que até então era recolhido na fonte. Seus ganhos derivados da relação de trabalho converteram-se em lucros apurados nas respectivas PJs. Daí o termo generalizado de “processo de pejotização” para caracterizar a nova realidade de segmentos do mercado laboral.

Os analistas que acompanhamos esse debate há muito tempo talvez não ficassemos tão surpresos quando a medida veio de um governo marcadamente neoliberal e que orientava suas ações em prol daquilo que hoje chamamos de “povo da Faria Lima”. Afinal, era a época de FHC no Palácio do Planalto. No entanto, o mais intrigante é que depois de quase 17 anos de governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nada foi feito a esse respeito. Na verdade, bastaria uma Medida Provisória para corrigir esta enorme distorção, mas ao que tudo indica isto nunca foi considerado como prioridade de política pública para Lula ou Dilma.

A ironia da História é que o primeiro governo a enviar alguma alteração da matéria foi justamente o de Jair Bolsonaro, uma gestão de extrema direita e marcada por uma profunda influência do neoliberalismo e dos interesses do sistema financeiro em sua pauta para a economia. O superministro Paulo Guedes apresentou um Projeto de Lei, o PL 2337 de 2021, tratando de vários aspectos da tributação, mas também eliminando a referida isenção e propondo uma alíquota considerada por muitos como bastante elevada (20%) com a volta de incidência de IRPJ.

“Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2022, os lucros ou dividendos pagos ou creditados sob

qualquer forma pelas pessoas jurídicas ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de vinte por cento na forma prevista neste artigo.” (...)

Ao longo da tramitação, no entanto, a própria base parlamentar do governo conservador considerou um exagero a proposta inicial e o Relator da matéria na Câmara dos Deputados apresentou um texto substitutivo incorporando uma das emendas que reduzia a alíquota do tributo para 15%. O texto foi aprovado em setembro daquele ano na primeira casa legislativa que o apreciou, mas terminou abandonado nas gavetas da tramitação quando chegou ao Senado Federal.

“Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2022, os lucros ou dividendos pagos ou creditados sob qualquer forma, inclusive a pessoas físicas ou jurídicas isentas, [...] ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) na forma prevista neste artigo.” (...)

O interessante é que naquele período a Câmara dos Deputados estava sendo presidida por Arthur Lira, que havia sido eleito para o cargo em fevereiro de 2021. O parlamentar considerava a matéria da reforma dos tributos como uma questão de honra para sua gestão, mas a chamada “câmara alta” não colaborou para seu intento. Pois agora, quatro anos depois, ele retorna ao centro da cena política e consegue ser nomeado como Relator do Projeto do governo Lula de isenção de IR para os assalariados que recebem até R\$ 5 mil mensais. Trata-se do PL 1.087/25.

Continua: <https://horadopovo.com.br/tributar-lucros-e-dividendos-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Faturamento recua 1,2% em maio, aponta a CNI

Na passagem de abril para maio deste ano, o faturamento industrial caiu 1,2%, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados nesta segunda-feira (7). Esse é o terceiro mês consecutivo de queda no indicador.

Com a sequência negativa, o faturamento industrial encolheu 1% no trimestre encerrado em maio, em comparação ao trimestre encerrado em fevereiro. O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, afirma que “a demanda por produtos industriais vem diminuindo, com impactos na atividade e, consequentemente, da receita das empresas”.

A indústria vem

sendo afetada pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central (BC). Com sete decisões seguidas de aumentos no nível da taxa nominal, entre setembro de 2024 e junho de 2025, a Selic subiu de 10,5% para 15%, para travar os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

“Há uma clara perda de ritmo na indústria e isso se deve por conta de uma perda de demanda por produtos industriais que a gente vê desde o final do ano passado”, destaca o economista. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/faturamento-da-industria-encolhe-12-em-maio-aponta-cni/>

sendo afetada pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central (BC). Com sete decisões seguidas de aumentos no nível da taxa nominal, entre setembro de 2024 e junho de 2025, a Selic subiu de 10,5% para 15%, para travar os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

sendo afetada pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central (BC). Com sete decisões seguidas de aumentos no nível da taxa nominal, entre setembro de 2024 e junho de 2025, a Selic subiu de 10,5% para 15%, para travar os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

CHOQUE CONTRA O POVO

Para eles, quanto menores forem os direitos dos trabalhadores, como 13º salário, férias, repouso remunerado, auxílio doença, etc, quanto mais precárias forem as relações de trabalho, melhor. Maiores serão os seus superlucros. Chamam isso de “liberdade econômica” e “choque de prosperidade”, mas escondem que a “prosperidade” é para muito poucos e que a tal “liberdade” que eles querem, na verdade, é o direito à super exploração dos trabalhadores, sem fiscalização, sem sindicatos e sem normas.

Os bolsonaristas exigem cortes na Previdência Social, que já é subfinanciada. Fazem isso depois de tornarem quase impossível um trabalhador se aposentar no Brasil. Suas “reformas” da Previdência fecharam as portas da aposentadoria para os trabalhadores brasileiros. E, agora, eles querem outra “reforma”, ou seja, mais restrições.

Acabaram com a CLT, que garantia direitos sociais e trabalhistas. Entre eles, a aposentadoria depois de um período de trabalho. Com a semiescravidão, estão pondo fim ao financiamento, pelo empregador, pelo governo e pelo trabalhador, da Previdência Social. Inventaram uma tal carteira de trabalho “verde e amarela”, sem praticamente nenhum direito e, com isso, criaram milhões de “autônomos”, de “pejotas” e de “uberizados”, e enfraqueceram o financiamento das aposentadorias no país.

Não estão preocupados com o futuro de ninguém. Estão preocupados em embolsar mais dinheiro público, já. Quanto mais, melhor. Eles defendem o arrocho social, criam miseráveis aos milhões e fazem alarde de que eles serão muito caros para o país no futuro. Toda essa encenação quanto ao futuro é para forçar mais cortes agora na Previdência Social e no BPC. O futuro do país que se dane.

SÉRGIO CRUZ



Ex-chanceler e assessor da Presidência Amorim critica “acordo de livre comércio com Israel” e defende “até suspendê-lo”

O ex-ministro das Relações Exteriores e atual assessor internacional da Presidência, Celso Amorim, afirmou, na sexta-feira (4), em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, deve ser muito severo com Israel e, talvez, até suspender o acordo de livre comércio, assinado em 2010, entre os dois países.

“A posição correta hoje, na minha opinião”, apontou o auxiliar de Lula, “é a gente entrar como parte na ação da África do Sul por genocídio; manter as relações [com Israel] em níveis mínimos e ser muito severo no acordo de livre comércio, e, talvez até suspendê-lo”. Ele destacou, ainda, que o Brasil não deve aceitar a indicação de um novo embaixador por Israel devido à ofensiva militar na Faixa de Gaza e às milhares de vítimas palestinas.

“O novo [embaixador] não recebeu o agrément [aval do Brasil], nem vai receber. Nem tem porque receber. O Chile já rompeu relações diplomáticas com Israel. A Irlanda e a Eslovênia tiveram muitas restrições – muitos países europeus também – porque Israel está praticando um genocídio. O Brasil apoiou a ação da África do Sul na Corte Internacional de Justiça”, afirmou o assessor de Lula.

Amorim denunciou, também, que há uma grande desproporção nas atitudes retaliatórias de Israel em relação ao povo palestino. “É claro que a gente é contra o ataque do Hamas [de outubro de 2023], não há dúvida, mas a reação é totalmente desproporcional. Você está matando um povo inteiro. É muito ruim matar 2.000 pessoas, é péssimo, é horrível e condenável. Mas matar 60 mil, 70 mil... mulheres e crianças na fila humanitária, é impensável”, acrescentou Amorim.

O ex-chanceler fez questão de diferenciar o governo de Israel dos judeus. “Deixa eu dizer a minha posição sobre a questão de Israel. Não tem nenhum radicalismo nisso. É preciso distinguir o povo judeu, que deu imensas contribuições à humanidade; o Estado de Israel, que tem direito de existir e de se defender contra terrorismo ou o que for; e o governo Netanyahu, que está praticando um genocídio”, afirmou.

AMEAÇAS DE TRUMP

Sobre as ameaças de Donald Trump ao Brasil e possíveis sanções ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, Amorim foi categórico. “É uma coisa totalmente absurda. Qual vai ser a medida concreta que a gente vai tomar, eu não sei. Mas é uma coisa totalmente absurda e inaceitável. Eu não creio que os Estados Unidos chegarão a esse ponto, mas, se isso ocorrer, haverá certamente medidas da nossa parte”, afirmou.

“Essas ações unilaterais que estão sendo tomadas são a maior ameaça à ordem mundial atual. Elas contrariam totalmente o espírito do multilateralismo, que é a defesa que a gente tem da paz”, prosseguiu Amorim.

“Por que houve tanta ênfase no multilateralismo?”, indagou o diplomata. “Porque ele garantia a paz. Porque a mesma regra que valia para um, valia para outro – para todos. As regras eram aplicáveis a todos. Se você começar a aplicar regras unilaterais, eu acho que você está, digamos, aprofundando os riscos de uma guerra mundial”, observou Amorim.

Lula rechaça as ameaças de Trump contra o BRICS



Lula concedeu o primeiro-ministro da Índia durante visita e aprofundou relações últimos 40 anos.

Acorda, Barroso!

Luiz Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em recente entrevista para o videocast semanal da Folha, ao analisar as “mudanças” ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos, fez algumas afirmações sobre as quais impõem-se também algumas considerações.

Entre outros temas abordados, disse o magistrado do alto da presidência que exerce na mais alta corte judiciária do País:

“Aquela ideia do trabalhador celetista, metalúrgico, empregado, que cumpre oito horas regularmente, já não é mais, talvez, a dominante no mercado de trabalho hoje, em que você tem pequenos empreendedores individuais, entregadores do iFood, motoristas de Uber”.

“O mercado mudou e a terceirização se impôs como uma opção. De modo que, melhor do que ter uma terceirização que passasse abaixo do radar do direito e da legislação, nós estabelecemos a sua legitimidade, cumpridas determinadas regras. Eu mesmo fui o relator e acho que fizemos muito bem”.

“Também acho que fizemos bem em validar a reforma trabalhista. São diferentes visões de mundo que a gente deve respeitar, mas, depois da validação da reforma trabalhista pelo Supremo, creio que não por acaso temos hoje o menor índice de desemprego no país nos últimos 40 anos. Não é desimportante esta estatística e acho que algum grau de correlação é possível fazer”.

“Na minha visão, que é protetiva do emprego e do trabalhador, um pouco menos de proteção favoreceu a formalização do emprego e o incremento da empregabilidade. Outras pessoas, e eu respeito, têm uma visão ideológica de aumentar a proteção. Mas eu acho que, em certos casos, o excesso de proteção desprotege”.

Na visão do ministro, então, a “ideia dominante”, hoje, no mercado de trabalho já não é mais aquela ancorada na CLT, retalhada e espezinhada pelos ventos neo e ultraliberais soprados pelo Consenso de Washington que varreram o Brasil e a América Latina a partir dos anos 90, mas sim os “empreendedores individuais, entregadores do iFood e motoristas de Uber”.

Pelas suas palavras, o país tem que se conformar com essa “ideia dominante” que capturou e subjugou diferentes governos, à extrema direita, à direita, ao centro e, até, alguns que se apresentaram à esquerda.

E mais: temos que considerar os tais “empreendedores individuais, entregadores do iFood e motoristas de Uber” os protagonistas dessa “ideia dominante”, ou seja, os principais

atores do mercado de trabalho, e não o velho metalúrgico, como foi o presidente Lula um dia.

A partir de sua lógica, o Brasil, cujo mercado de trabalho já é formado por 50% de informais, ou seja, desse trabalhador que, na ausência de um emprego seguro e decente, tem que buscar o sustento de suas famílias em qualquer tipo de atividade precária – e que é classificado como “empregado” pelos critérios oficiais –, deve considerar que essa é uma tendência inevitável, como inevitável é a superação da legislação que o protege, pois, afinal, na avaliação de Barroso, a proteção desprotege o trabalhador.

O ministro, estudioso como diz que é, deveria, antes dos flagrantes equívocos exibidos na entrevista, ter recorrido a alguns autores que estudaram o papel do trabalho e dos direitos dos trabalhadores ao longo dos 50 anos em que o Brasil exibiu o mais robusto crescimento e desenvolvimento econômico e social dos países ocidentais, de 1930 a 1980. E, mesmo depois, quando a economia passou a cambaleiar e a indústria perdeu seu crescente peso no PIB, o papel que a aludida proteção continuou desempenhando para o equilíbrio social e a mitigação das crônicas desigualdades.

Quem o magistrado considera que a legislação deveria “proteger” em um país capitalista como o nosso, e mais, em um país capitalista dependente e ainda não desenvolvido plenamente: os brasileiros que têm na força de trabalho seu único bem ou os poucos detentores do capital que tudo têm? E têm, cada vez mais, em face do hegemonismo do setor e da lógica rentista na economia...

É verdade, sr. ministro, o mercado mudou, mas não por uma opção do trabalhador, e a terceirização ou a pejotização não foram uma “imposição” dessa mudança, muito menos uma escolha de quem trabalha, mas, sim, uma opção política que está trazendo graves consequências para o mundo do trabalho.

A contrarreforma trabalhista de Temer em 2017, entre outros retrocessos de menor porte no período anterior, na esteira da desindustrialização e da reprimarização da economia nacional, foi o que “impôs” e agravou brutalmente essa “mudança” com os seus contratos temporários, intermitentes, entre outras formas de precarização do trabalho, aviltando os salários e desprotegendo quem só possui a sua força de trabalho para sobreviver.

Sob essa ótica, realmente, o ministro tem razão ao destacar o papel da contrarreforma trabalhista de 2017, validada pelo Supremo que preside, na geração do “menor índice de desemprego dos

Presidente condenou as sobretaxas dos EUA contra produtos brasileiros ao receber o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi lacônico diante das ameaças de Donald Trump ao bloco de países que integram o BRICS: “Não aceitamos nenhuma reclamação contra a reunião do BRICS”. E acrescentou: “Não concordamos quando, ontem, o presidente dos Estados Unidos insinuou que vai taxar os países que negociarem com o BRICS.”

O atual inquilino da Casa Branca, que se considera um imperador do mundo, não tem poupadou palavras para ameaçar as nações soberanas, inclusive parceiros tradicionais dos EUA.

No caso, atacou diretamente os países que integram o BRICS, num claro incômodo com essa articulação multilateral que já se consolidou e avançou, inclusive, no debate sobre a desdolarização do comércio mundial.

Disse e postou Trump em suas redes sociais:

“Qualquer país que se alinhe com as políticas antiamericanas do Brics terá de pagar uma tarifa adicional de 10%. Não haverá exceções a essa política. Obrigado por sua atenção a esse assunto!”

O presidente brasileiro, além de rechaçar as declarações de Trump, elogiou o papel do Banco do BRICS para as economias emergentes.

“O NDB [na sigla em inglês] surgiu para dar a certeza de que é possível ter um sistema financeiro que tenha uma política de financiamento e não tenha como objetivo principal austeridade para aqueles que pedem empréstimo”, disse, ao fazer uma referência à ex-presidente Dilma Rousseff, que, atualmente, preside o organismo e estava presente no evento que ocorreu no Rio de Janeiro.

Lula, mais uma vez, destacou papel do bloco e condenou as políticas tarifárias tresloucadas de Trump.

“Como membros do G20 e do BRICS, atuamos em mesa do multilateralismo e em prol de uma governança global mais inclusiva. O primeiro-ministro Modi afirmou corretamente, na cúpula do BRICS, que é impossível rodar um software do século 21 em velhas máquinas de escrever do século 20”, disse.

Durante o encontro de cúpula do BRICS, o presidente brasileiro já havia criticado Trump,

Donald Trump quer impunidade de golpistas e ataca o Brasil com sobretaxas comerciais de 50%

O ditador dos Estados Unidos, Donald Trump, mandou na quarta-feira (9) uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e anunciou uma retaliação tarifária de 50% sobre todos produtos brasileiros. O ataque da Casa Branca não tem a ver com nenhuma distorção do mercado entre os dois países ou vantagens indevidas do Brasil sobre eles, já que, desde 2009, os EUA são superavitários no comércio bilateral. Aliás, o Brasil é um dos poucos países do mundo que têm déficit com os EUA.

Na carta de Trump fica claro que ele desconhece a realidade do comércio entre os dois países. “Por favor, entenda que essas tarifas são necessárias para corrigir os muitos anos de tarifas e barreiras tarifárias e não tarifárias do Brasil, que causaram esses déficits comerciais insustentáveis contra os EUA. Esse déficit é uma grande ameaça à nossa economia e, de fato, à nossa segurança nacional”, disse Trump, mostrando total ignorância sobre o que ocorre no comércio Brasil/EUA. Apesar das alegações, os dados comprovam que o Brasil tem registrado déficits comerciais seguidos com os EUA há 16 anos.

Ao longo desse período, as vendas americanas ao Brasil superaram suas importações em US\$ 88,61 bilhões (equivalente a R\$ 484 bilhões na cotação atual). Na carta, o republicano afirmou que o Brasil não será atingido pela tarifa caso empresas brasileiras decidam “construir ou fabricar produtos dentro dos EUA”. Uma manifestação clara do desespero dele pela decadência de sua economia e de suas indústrias.

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que considera in-

acusando-o, indiretamente, de querer ser “imperador”.

“Nós não queremos imperador; somos países soberanos. Se ele acha que ele pode taxar, os países têm direito de taxar também. Acho muito equivocado e irresponsável um presidente ficar ameaçando os outros em redes digitais”, pontuou.

O BRICS adotou um posicionamento claro contra essas tarifas unilaterais adotadas pelos EUA, que buscam criar um clima de anarquia no comércio internacional, na tentativa frenética de resolver seus graves problemas internos.

“A proliferação de ações restritivas ao comércio, seja na forma de aumento indiscriminado de tarifas e de medidas não tarifárias, seja na forma de protecionismo sob o disfarce de objetivos ambientais, ameaça reduzir ainda mais o comércio global”, diz o documento do bloco.

RELAÇÕES COM A ÍNDIA

O presidente Lula aproveitou o encontro do BRICS para aprofundar as relações com alguns dos principais países que integram o bloco.

Foi o caso do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, convidado pelo mandatário brasileiro para um encontro em Brasília, no mesmo formato que aconteceu com presidente chinês, Xi Jinping, após o encontro do G20 no ano passado, também transcrito no Brasil.

Além da importância da Índia no BRICS (foi uma das nações que participou da criação do bloco), o país tem hoje o segundo maior mercado do mundo, com um elevado potencial de crescimento, especialmente, nas relações com o Brasil.

“Dois países superlativos como a Índia e o Brasil não podem permanecer distantes”, disse Lula, antes dos dois chefes de Estado se encontrarem para assinar seis acordos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura e combate ao terrorismo internacional.

O comércio bilateral entre Brasil e Índia foi de US\$ 12 bilhões em 2024, o que manteve a Índia como 10º maior parceiro comercial do Brasil. As exportações foram de US\$ 5,26 bilhões (13º destino brasileiro), e as importações, de US\$ 6,8 bilhões (sexta maior origem de importações).

justas as novas tarifas comerciais anunciadas pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre produtos brasileiros. “Eu não vejo nenhuma razão para aumento de tarifa em relação ao Brasil. O Brasil não é problema para os EUA, é importante sempre reiterar. Os EUA realmente têm um déficit de balança comercial, mas com o Brasil têm superávit. Dos 10 produtos que eles mais exportam para nós, 8 têm alíquota zero, não pagam imposto”, disse Alckmin.

Diante da repentina imposição das tarifas de 50% aos produtos brasileiros e a conotação política do ato de Trump, o presidente Lula convocou uma reunião de emergência nesta quarta-feira (8) para definir a resposta que será dada oficialmente pelo Brasil. Participam do encontro os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, Mauro Vieira, das Relações Exteriores, e o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro da Indústria e Comércio. A motivação comercial não existe já que o Brasil é deficitário com os EUA.

Segundo a carta de Trump, a tarifa de 50% será aplicada sobre “todas e quaisquer exportações brasileiras enviadas para os EUA, separada de todas as tarifas setoriais existentes”. Produtos como o aço e o alumínio já estavam enfrentando tarifas de 50%, impactando diretamente a siderurgia brasileira.

golpistas já vinham dizendo. Eles atacam o Poder Judiciário brasileiro e as eleições. Trump atacou o Judiciário e pretende manter a internet do país sem regulação, como presa das artimanhas antidemocráticas das big techs, boa parte controladas por ele.

INSS: Wolney anuncia início dos ressarcimentos aos aposentados para o dia 24

O ministro da Previdência, Wolney Queiroz, anunciou que os primeiros ressarcimentos de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que tiveram descontos ilegais devem começar no dia 24 de julho.

O ministro disse que 2,1 milhões de beneficiários estão aptos a receberem o reembolso nesta primeira data. Essa quantidade representa os aposentados e pensionistas que contestaram as entidades que fizeram descontos, mas não receberam uma resposta das instituições. “Esta será a prioridade neste momento”, declarou Wolney em entrevista à CNN Brasil.

Ministro disse que valor será calculado com base nos descontos feitos entre abril de 2020 e abril de 2025.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, homologou, na quinta-feira (3), o plano do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a fim de iniciar o ressarcimento dos descontos irregulares de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Com a homologação, os pagamentos serão feitos de 15 em 15 dias, a partir da data inicial. Cada lote deve contar com o ressarcimento de 1,5 milhão de beneficiários.

O montante do ressarcimento, neste primeiro momento, pode chegar a até R\$ 4 bilhões. E 2,1 milhões de beneficiários estão aptos a receber o reembolso na primeira data.

Os valores serão corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador da inflação.

CBERS-5: Brasil dará 'salto histórico' com satélite em parceria com a China

“Com o satélite CBERS-5, o Brasil terá soberania sobre dados meteorológicos e ambientais”, disse a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos

Na véspera da Cúpula de Chefes de Estado do BRICS, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, neste sábado (5), com o primeiro-ministro da República Popular da China, Li Qiang. O encontro ocorreu dois meses após a visita de Estado do presidente Lula a Pequim, onde foram assinados mais de 30 acordos vinculados à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tanto o presidente Lula quanto Li Qiang, destacaram o excelente momento das relações bilaterais e passaram em revista a implementação das sinergias entre os projetos nacionais de desenvolvimento.

Entre as pautas, tiveram destaque a intensificação de projetos bilaterais na área de ciência e tecnologia, inteligência artificial, semicondutores e energias renováveis, além do maior estreitamento da cooperação entre estaleiros chineses e brasileiros.

Em suas redes sociais, a ministra de Ciências, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o importante acordo para desenvolvimento do primeiro satélite brasileiro geostacionário geostacionário: o CBERS-5.

“É um salto histórico! Vamos entrar em um grupo seleto de menos de 10 países com domínio dessa tecnologia [...] O CBERS-5 é um marco. A ciência segue firme a serviço do desenvolvimento e colocando o Brasil em outro patamar”, disse a ministra que participou do encontro.

A ministra explicou que

os satélites geostacionários são aqueles que ficam “parados” sobre o mesmo ponto da Terra, orbitando na mesma velocidade do planeta. São ideais para monitoramento constante do tempo, clima e meio ambiente.

“Com o CBERS-5, o Brasil terá soberania sobre dados meteorológicos e ambientais. Vamos melhorar a previsão do tempo, identificar riscos com mais antecedência e proteger vidas e recursos”, disse.

“Em tempos de mudanças climáticas, isso significa estar mais preparado para enfrentar secas, enchentes e tempestades. Também ajudará no agronegócio, na energia e no planejamento urbano, reforçando o ótimo trabalho de monitoramento que nosso INPE já realiza”, completou.

MULTILATERALISMO

No encontro, Lula e Li Qiang reafirmaram, ainda, o compromisso com o multilateralismo e com a paz. Concordearam a respeito do papel do BRICS na defesa dos regimes multilaterais de comércio e de clima.

As nações reiteraram a necessidade de aumentar a ambição climática em preparação para a COP-30 em Belém. Nesse contexto, o Brasil solicitou apoio da China para o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) na COP 30, com a finalidade de remunerar os serviços ecossistêmicos prestados por esse bioma.

MP diz que afastamento de diretores em S. Paulo é ilegal e prejudica escolas

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) emitiu, na última sexta-feira (4), um parecer contrário ao afastamento de 25 diretores de escolas municipais de São Paulo, alegando que a ação da Prefeitura é ilegal e causa prejuízos às comunidades escolares envolvidas.

A manifestação foi anexada à ação civil pública movida pelo Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público do Município de São Paulo (Sinesp) contra a gestão de Ricardo Nunes (MDB). A promotora opinou pela concessão da tutela de urgência da ação.

De acordo com a promotora Fernanda Peixoto Cassiano, há “ausência de base técnica para consideração isolada desses índices como aptos a indicar o desempenho das unidades escolares”. Além disso, ela afirma que o afastamento viola “o princípio da impessoalidade da Administração Pública”, bem como “desrespeita a Lei Municipal 14.660/2007”, que consolida o Estatuto do Magistério Municipal.

A carga horária do curso de requalificação totaliza de 96 a 120 horas por mês, correspondendo de 66,6% a 83% da jornada de trabalho de 36 horas semanais previstas na lei municipal.

ASSÉDIO INSTITUCIONAL

O Sindsep (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo) denunciou nesta semana que diretores de escolas municipais afastadas de seus cargos estão sendo submetidas a situações de assédio institucional, isolamento forçado e perseguição política. Segundo o sindicato, a Secretaria Municipal de Educação, comandada por Fernando Padula, afastou dezenas de gestoras sob a justificativa de “baixo desempenho”, mas sem apresentar plano de capacitação ou direito à ampla defesa, em desacordo com a lei.

Vídeos gravados pelas próprias servidoras, e divulgados pelo sindicato, mostram as diretoras sozinhas em prédios vazios das Diretorias Regionais de Ensino (DREs), sem nenhuma atividade pedagógica. Uma gravação feita por volta das 23h mostra uma diretora isolada em uma sala improvisada, afirmando cumprir carga horária sem qualquer função atribuída. “Isso é cárcere, não é formação. É punição”, afirma.

Em outro vídeo, publicado no dia 3 de julho, a diretora do Sin-

dsep, Maria Mota, acompanha o que chamou de “falsa formação” de uma diretora na DRE Ipiranga. “Ela está aqui, sozinha, fazendo leitura de texto xerocado. Isso não é formação, isso é silenciamento”, denuncia Maria.

“Onde os diretores são mais importantes? Dentro de uma sala vazia, como aqui na DRE, onde eles estão ficando? Ou na escola, atendendo os alunos e à comunidade? Ou neste lugar aqui, sozinhos, isolados, silenciados?”, questiona. Isso é uma forma de punição, isso não é formação. Isso é uma forma de perseguição, isso é uma forma de assédio. Isso não é formação, isso não é curso, isso é silenciamento”, denuncia.

PEDIDO DE IMPEACHMENT

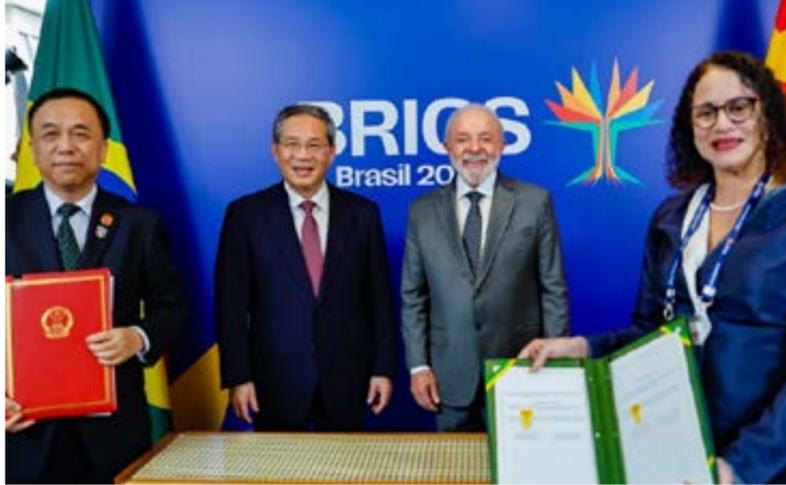
Diante das denúncias, o vereador Hélio Rodrigues (PT) protocolou nesta sexta-feira (4) um pedido de impeachment contra o secretário Fernando Padula. Ele acusa o titular da Educação de cometer infrações político-administrativas, abuso de poder e desvio de finalidade ao afastar os gestores sem critérios técnicos transparentes.

“Trata-se de uma ação autoritária que fere a autonomia das escolas e tem claro viés político”, afirmou Hélio. Ele denuncia que muitos dos diretores removidos são críticos da política de privatização da educação promovida pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Embora a Prefeitura alegue que os diretores estão participando do programa “Juntos pela Aprendizagem”, o sindicato afirma que não há formação real acontecendo. Segundo o Sindsep, os profissionais estão alocados em salas sem acompanhamento pedagógico, em condições precárias, o que tem gerado instabilidade nas escolas, especialmente nas periferias.

A medida já foi alvo de questionamentos da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Justiça, que cobram explicações da Secretaria Municipal de Educação.

O pedido de impeachment será analisado pela presidência da Câmara Municipal. Se aceito, poderá resultar na abertura de uma comissão processante e eventual votação de cassação do secretário. O vereador ao lado de outros parlamentares, dos sindicatos e da comunidade escolar, promete continuar mobilizando em defesa da educação pública, democrática e participativa.



Encontro entre Brasil e China reforça os projetos na área de ciência e tecnologia

Rabino condena genocídio de palestinos em Gaza pelo “Estado sionista de Israel”

O rabino Yisroel Dovid Weiss condenou o ataque genocida do governo Benjamin Netanyahu contra o povo palestino e defendeu o fim do ‘Estado sionista de Israel’ durante uma sessão solene na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (2).

O evento em memória aos 77 anos da “Nakba” — termo árabe que significa “catástrofe” e se refere à expulsão de milhares de palestinos de suas terras em 1948, com a criação de Israel foi realizado por iniciativa de parlamentares do PT. Weiss, integrante do grupo ortodoxo Neturei Karta, argumentou que o sionismo é contrário ao judaísmo e declarou que “o Estado de Israel tem que acabar”.

“Judeus fiéis à Torá em todo o mundo estão horrorizados, envergonhados e profundamente entristecidos pela opressão, tortura e genocídio horrendos que estão sendo cometidos em Gaza neste exato momento, bem como pelos ataques a outras nações, como Líbano, Síria, Iêmen e Irã, todos cometidos em nome da religião judaica e do povo judeu”, disse o rabino.

O rabino participou da solenidade ao lado de representantes palestinos, diplomatas e ativistas. Weiss, integrante



Rabino Yisroel Dovid Weiss fala no Congresso

do grupo ortodoxo Neturei Karta — fundado em 1938 e conhecido por sua oposição à existência de Israel — utilizou a tribuna para distinguir judaísmo e sionismo, reiterando sua rejeição ao Estado israelense. Em sua fala, declarou que “o Estado de Israel tem que acabar” e reforçou que a crítica ao sionismo não se confunde com antissemitismo: “Ser contra o Estado sionista de Israel não é ser contra os judeus nem ser antissemita”.

Segundo ele, o Estado israelense representa justamente o contrário da tradição judaica. “Na verdade, o Estado de Israel é a personificação e a definição mais clara do antissemitismo”, afirmou. Em sua visão, o projeto sionista provocou

destruição, morte e divisão dentro e fora da comunidade judaica: “A diferença de religião nunca foi causa de conflito. A ocupação sionista da Palestina é a causa principal do derramamento de sangue trágico e contínuo que ocorre há mais de 100 anos tanto de árabes quanto de judeus”.

Durante o discurso, o rabino fez um apelo terminológico: “Nunca se refiram ao Estado de Israel como Estado judeu. Isso apenas serve para fortalecer e legitimar o Estado de Israel e suas acusações de antissemitismo. Por favor, refiram-se a ele como ‘Estado sionista’ e as pessoas que o apoiam como ‘sionistas’ não judeus. Judaísmo, sim. Sionismo, não”.

Policial confunde trabalhador negro com assaltante e executa com tiro na nuca

Na noite da última sexta-feira (4), em mais um caso com a população, um policial militar foi preso em flagrante após matar, com um tiro na cabeça, um homem que havia acabado de sair do trabalho, em Parelheiros, no extremo Sul de São Paulo.

O PM teria confundido a vítima, Guilherme Dias Santos Ferreira, de 26 anos, com um criminoso. Segundo a Polícia Civil, ele não tinha envolvimento com a tentativa de assalto que motivou a reação do PM, que estava de folga. O autor dos disparos é o policial militar Fábio Anderson Pereira de Almeida.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o policial afirmou que pilotava uma motocicleta pela Estrada Ecológica de Parelheiros quando foi abordado por suspeitos armados que tentaram roubar sua moto.

O PM, então, reagiu com disparos e, durante a confusão, Guilherme foi baleado na nuca e morreu no local. Uma mulher de 26 anos que passava pelo local também foi atingida por um disparo e socorrida. No boletim, não há informações sobre o estado de saúde dela.

Ainda segundo o BO, três motos foram apreendidas, e outro homem, que trabalha na mesma empresa em que Guilherme e também saía do trabalho, foi detido, mas liberado após prestar depoimento.

Testemunhas e colegas de trabalho afirmam que a vítima saiu do trabalho às 22h28, cerca de sete minutos antes do crime, ocorrido às 22h35. Guilherme teria sido atingido



“Era o único jovem preto que estava no meio”

enquanto corria em direção ao ponto de ônibus. Um funcionário da empresa onde ele trabalhava apresentou imagens com registro do ponto eletrônico que confirmam o horário de saída. O próprio Guilherme havia publicado no Status do WhatsApp foto do relógio de ponto à saída do trabalho.

Segundo o boletim de ocorrência, foram encontrados com a vítima carteira, celular, remédios, uma bíblia, marmitta, talheres e itens de higiene. Não havia nenhuma arma de fogo. Na versão atualizada do BO, após contato de amigos de Guilherme com a Polícia Civil apresentaram indícios de que ele estava saindo do trabalho na hora da ocorrência, ele deixou de ser classificado como “envolvido” e passou a ser considerado “vítima”.

O BO informa que o PM “provavelmente acreditou que se tratava de um dos criminosos que o haviam abordado” e que o policial deve ter agido por erro de “percepção”, o que afasta a hipótese de legítima defesa.

Por isso, foi autuado por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. A arma usada, uma pistola Glock calibre .40 pertencente à Polícia Militar, foi apreendida.

A fiança foi definida em R\$ 6.500 e paga por um representante do policial, que foi solto após o registro da ocorrência. Segundo a Polícia Militar, ele vai responder pelo crime em liberdade.

A viúva do jovem diz que ele foi assassinado a “sangue-frio” e pelas costas por ser negro. O rapaz, que trabalhava como marceneiro, estava chegando ao ponto de ônibus quando foi atingido por um disparo na cabeça.

“Só porque é um jovem negro, preto e estava correndo para pegar o ônibus, [ele] atirou. O que é isso? Que mundo é esse? Era o único jovem preto que estava no meio [do ponto] e foi atingido. A gente quer esse policial na cadeia, ele tem que pagar. Está solto, pagou a fiança que, para ele, não é nada”, disse Stephanie dos Santos Ferreira Dias, viúva de Guilherme.



Tarcísio de Freitas e Renato Feder

“Plataformas” de Feder e Tarcísio prejudicam os estudantes e professores

“O resultado é claro: os tais aplicativos do Feder não servem para nada”, conclui a presidente da UNES, Valentina Macedo

Um estudo feito pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu), que reúne pesquisadores das universidades públicas paulistas, aponta que a grande “aposta” do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) em obrigar estudantes e professores a utilizarem plataformas digitais, a chama “plataformização da educação” não melhorou o desempenho das escolas estaduais no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp) no ensino médio.

Somente em 2024, as plataformas impuseram um custo de mais de R\$ 471 milhões ao combalido orçamento da Educação de São Paulo.

“Renato Feder tem uma obsessão por essas plataformas. Enfia goela abaixo dos alunos, professores e diretores, colocando uma pressão absurda nas escolas que não atingem a meta de acessos nesses aplicativos, o que, inclusive, viola o direito de cátedra dos docentes, que, a cada dia, perdem mais a autonomia dentro da sala de aula. E o resultado é claro: os tais aplicativos do Feder não servem para nada”. Explica a presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Valentina Macedo.

“O projeto do governo é afundar a educação do estado de São Paulo, precarizar o ensino, desvalorizar o professor, demitir diretores que não seguem a cartilha do governo, para justificar o golpe final de Tarcísio e Feder: a privatização das escolas”, denunciou a líder estudantil, em entrevista ao HP.

A demagogia apresentada pelo governo Tarcísio e Feder era de que o uso das plataformas iria “trazer resultados”. “Vamos parar de ficar sugerindo passo a passo, cobrando passo a passo, que o que a gente quer é resultado. Principalmente resultado no Saresp, resultado no Saeb e tudo que eu vou fazer esse ano, o que esperar da Secretaria esse ano é apoiar, dar as ferramentas e cobrar resultado. Eu vou cobrar resultado, então foquem no resultado”, disse o Renato Feder (grifo nosso).

A pesquisa mostra que o resultado alardeado não chegou, em primeiro lugar, porque a maioria das escolas exibiu um índice de uso das plataformas inferior às metas estabelecidas pela Seduc-SP. Em segundo lugar, independentemente de um uso maior ou menor das plataformas, a proporção entre escolas com resultados positivos, negativos ou neutros no Saresp 2024 segue praticamente inalterada.

As plataformas passaram a ser usadas no segundo semestre de 2023. Os dados são da própria Secretaria Estadual de Educação e mostram que mesmo as escolas que atingiram as metas de uso das plataformas estipuladas pelo governo não registraram melhora na avaliação.

Em agosto de 2023, o secretário de Educação, o empresário Renato Feder, já havia determinado que as escolas estaduais usassem ao menos sete plataformas educacionais. Atualmente, são 31 com metas de uso a serem alcançadas a cada bimestre para cada uma delas e estabeleceu penalidades para os educadores que não as utilizam.

O estudo conclui que, ao mesmo tempo em que a Seduc-SP estabelece e monitora, bimestre a bimestre, uma enorme variedade de metas para as escolas estaduais, não se identificou qualquer efeito benéfico do uso das plataformas nos resultados das escolas estaduais no Saresp.

“A conclusão lógica da análise sistêmica desses dados é a inefetividade pedagógica do uso das plataformas ou, na linguagem do secretário da educação, a má qualidade das ‘ferramentas’ oferecidas pela Seduc-SP”.

PREJUÍZO ECONÔMICO

De acordo com a pesquisa, em 2024 o governo paulista destinou R\$ 471 milhões para a aquisição de plataformas, contratadas sem a apresentação de evidências de sua eficácia pedagógica. O gasto com os aplicativos acontece ao mesmo tempo em que o governo Tarcísio de Freitas aprovou na ALESP o desvio de 5% do orçamento da Educação para outras áreas, o que representa um corte de cerca de R\$ 11 bilhões em 2025.

Segundo o estudo, os pareceres utilizados para justificar as compras carecem de fundamentação técnica e não consideram os impactos negativos do uso prolongado de telas na aprendizagem.

O valor total desembolsado para a aquisição das plataformas educacionais em 2024, mais precisamente, foi de R\$ 471.073.439,94. Este valor inclui os seguintes gastos por plataforma: Alura: R\$ 30.845.897,55; Education First (EF): R\$ 55.294.560,00; Elefante Letrado: R\$ 6.509.880,00; Khan Academy: R\$ 0 (cedida); Leia SP: R\$ 10.458.000,00; Livros digitais para a plataforma “Leia SP”: R\$ 3.900.000,00; Matific: R\$ 72.208.354,68; Redação Paulista e Tarefa SP: R\$ 65.780.121,96; Super BI, Apoio Presencial e Edu. Profissional: R\$ 115.916.625,75; Wizard Pearson (programa “Prontos pro Mundo”): R\$ 110.160.000,00 e Me Salva!: R\$ 0 (cedida).

Correios: trabalhadores repudiam ameaça de demissões em massa



Servidores do Banco Central: "PEC 65 deixa bancos com as rédeas soltas"

Em entrevista à Hora do Povo, Daro Piffer, diretor jurídico, em São Paulo, do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central, declarou que a PEC 65/2023, que está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, de autoria do senador Vanderlan Cardoso, dá completa autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira ao Banco Central.

Daro informou que a PEC altera a forma de financiamento do Banco, permitindo o uso de receitas oriundas da senhoriação para o custeio da instituição. Ou seja, "será financiado pelo lucro obtido com emissão de moeda e operações financeiras". Para o sindicalista, a utilização da senhoriação como fonte de custeio "pode levar o BC a priorizar ações que aumentem seu ganho, mesmo que isso contrarie o interesse público".

Segundo o dirigente sindical, "as mudanças fragilizam o Banco Central institucionalmente ao afastá-lo do regime jurídico público". Para ele, o BC "estará de mãos atadas" para aplicar sanções às instituições financeiras e para realizar sua função regulatória. O que, em outras palavras, quer dizer: "os bancos vão ficar com as rédeas soltas".

Essa emenda constitucional foi submetida à avaliação da categoria, em abril de 2024, quando 74% dos servidores se manifestaram contrários à proposta. "Com esse mandato robusto da categoria, o sindicato tem mantido interlocução com parlamentares e membros do governo, alertando para os riscos que a PEC representa para a sociedade", afirmou Daro.

A seguir, a íntegra da entrevista:

HP – Para o Sinal, quais são as mudanças mais significativas que a PEC 65 traz para o Sistema Financeiro Nacional?

Daro – A principal mudança é a transformação do Banco Central do Brasil (BC) de autarquia de direito público para uma corporação estatal de direito privado, organizada como empresa pública. Os servidores atuais terão que optar entre migrar para uma nova carreira no Executivo ou permanecer no BC sob um novo regime jurídico baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com perda da estabilidade garantida pelo Regime Jurídico Único (RJU). A PEC também altera a forma de financiamento do BC, permitindo o uso de receitas oriundas da senhoriação para o custeio da instituição.

HP – Por que essas mudanças, na opinião do sindicato, trazem prejuízo para o sistema?

Daro – As mudanças fragilizam o Banco Central institucionalmente ao afastá-lo do regime jurídico público, que garante maior proteção jurídica, transparência e controle social. A perda de garantias legais típicas do direito público enfraquece o poder de polícia da instituição. Além disso, a substituição do regime estatutário pelo celetista compromete a autonomia técnica da instituição, já que os servidores perderão estabilidade e estarão mais suscetíveis a pressões externas. A maior vulnerabilidade institucional aumenta o risco de captura do regulador pelo regulado, enfraquecendo a capacidade do BC de proteger o interesse público e a estabilidade do sistema financeiro. O que, em outras palavras, quer dizer: "os bancos vão ficar com as rédeas soltas".

HP – Quais as principais consequências dessas mudanças?

Daro – As principais consequências incluem a redução da eficácia regulatória, o aumento da judicialização, a descontinuidade de políticas públicas essenciais, problemas na gestão de pessoal e previdência, além da insegurança jurídica. O BC poderá enfrentar dificuldades para aplicar sanções às instituições financeiras e para realizar sua função regulatória, prejudicando a estabilidade do sistema financeiro nacional.

HP – Por que o Sinal é contra que o Banco Central seja custeado pelo chamado sistema de senhoriação?

Daro – A utilização da senhoriação como fonte de custeio cria incentivos econômicos distorcidos, pois pode levar o BC a priorizar ações que aumentem o ganho com a emissão de moeda, mesmo que isso contrarie o interesse público ou a estabilidade monetária. Além disso, a senhoriação é uma fonte de receita instável e sujeita a variações econômicas. O sindicato defende alternativas mais seguras, que permitam a autonomia financeira ao Banco Central sem comprometer sua missão institucional e sem gerar riscos à condução da política monetária.

HP – O que o sindicato pretende fazer contra a aprovação da PEC 65?

Daro – A PEC 65 foi submetida à avaliação da categoria em abril de 2024, quando 74% dos servidores manifestaram-se contrários à proposta, independentemente de alterações. Entre os servidores ativos, 51% foram contrários. Com esse mandato robusto da categoria, o sindicato tem mantido interlocução com parlamentares e membros do governo, alertando para os riscos que a PEC representa para a sociedade. Infelizmente, a Diretoria do BC interditiou o diálogo com o sindicato, o que tem dificultado a construção de soluções conjuntas. Mesmo assim, o sindicato continua estudando e avaliando alternativas para enfrentar os problemas de orçamento e de falta de pessoal, mas entende que mudar a natureza jurídica e a institucionalidade do BC não é o caminho adequado.

CARLOS PEREIRA



Sindicato: Correios deve ser visto como empresa estratégica para o país



Reforma Administrativa ameaça serviços essenciais à população, alerta Fonacate

Em artigo intitulado "Reforma Administrativa em Marcha à Ré: a volta da PEC 32", o presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), auditor Federal de Finanças e Controle e doutor em Filosofia, Rudinei Marques, alerta que, sob o manto de um "Grupo de Trabalho" instituído na Câmara dos Deputados, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), no intuito de "modernizar a máquina pública", o que vem ocorrendo na verdade é a tentativa de ressuscitar a PEC 32/2020.

Proposta no governo Bolsonaro, a PEC 32 "pode reverter avanços conquistados nas últimas décadas", reduzir direitos dos servidores, precarizar o trabalho do funcionalismo e o serviço público, abrindo espaço até para a sua privatização, adverte Rudinei.

Afirmando que "reformar a máquina pública não é, por si só, um mal", Rudinei Marques salienta, no entanto, que "é fundamental compreender o espírito que anima cada proposta".

Rudinei destaca que, "entre 2017 e 2022, o discurso da 'Reforma Administrativa' foi sequestrado por uma visão fiscalista, reducionista e privatista, cujo pano de fundo era o desmonte do serviço público", diz.

Conforme Rudinei, a proposta mais acabada dessa visão era PEC 32/2020, apresentada pelo governo Bolsonaro e capitaneada pelo então ministro Paulo Guedes e, segundo ele, agora, a despeito de "transformações concretas e positivas no serviço público" promovidas pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI), o que esse grupo de trabalho na Câmara pretende é dar uma "nova roupagem de trechos requestrados da maldadada PEC 32".

E denuncia que "essa proposta — escrita por tecnocratas avessos ao serviço público — continha dispositivos gravíssimos". Segundo Rudinei, a reforma previa "a entrega de serviços públicos ao setor privado via 'instrumentos de cooperação', ameaçando os princípios da universalidade e da gratuidade, assim como o controle estatal; apostava na precarização dos vínculos, com a introdução de vínculos temporários e celetistas de forma indiscriminada; autorizava a redução da jornada de trabalho com corte proporcional de salários, sem qualquer garantia de manutenção da qualidade do atendimento ao cidadão; abria caminho ao aparelhamento do Estado, ao permitir que todos os cargos em comissão fossem ocupados por pessoas de fora

do serviço público, inclusive em áreas estratégicas e sensíveis, e isso em todos os entes federados; fragilizava profundamente a previdência dos servidores, pois a criação de novos vínculos precários comprometeria o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e mesmo do regime de previdência complementar".

Diante da ameaça desse retrocesso em curso na Câmara dos Deputados, "sem transparência, com diálogo insuficiente e sem participação efetiva do MGI", Rudinei conclama os servidores públicos e a sociedade brasileira: "a mobilização é urgente!".

"Vale registrar que essa não é uma discussão corporativa: trata-se da defesa do serviço público como um patrimônio nacional, que atende diariamente milhões de brasileiros em áreas essenciais como saúde, educação, segurança pública, assistência social, meio ambiente e tantas outras", diz.

E termina seu artigo afirmando que, "o Parlamento não pode legislar contra o povo que o elegeu".

"Aperfeiçoar, sim — mas com diálogo, transparência, técnica e compromisso com o Estado democrático de direito e com o avanço civilizatório de que o Brasil tanto precisa".



Entidade alerta contra desmonte da estatal

Diante da notícia de que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, estaria pressionando o presidente dos Correios, Fabiano Silva, a demitir funcionários e vender parte do patrimônio da estatal, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) divulgou uma nota de repúdio, na terça-feira (19).

A entidade classifica a pressão por parte do governo de "tentativa covarde de sacrificar milhares de pais e mães de família" em nome de acordos políticos, demonstrando "completa desconexão do governo com quem constrói, diariamente, a maior empresa de logística do Brasil".

"Avisamos, de forma direta: a responsabilidade por um eventual colapso no serviço postal e logístico brasileiro, e pelo desgaste político que atingirá o presidente Lula em 2026, será exclusivamente do ministro Rui Costa, que prefere perseguir trabalhadores com demissões a defender empresas estratégicas para o país", afirma a entidade.

De acordo com matéria publicada na coluna de Igor Gadelha, no Metrô-poles, o ministro Rui Costa teria sugerido demissões de cerca de 10 mil funcionários e a venda de imóveis

dos Correios em reunião com o presidente da estatal, em meados de junho, como forma de a empresa superar o prejuízo recorde que teve em 2024. Segundo o colunista, a reunião também contou com a participação da ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck.

Conforme a Fentect e seus sindicatos filiados, a ameaça, é uma "clara ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e contra o caráter público da estatal".

A entidade salienta que esse não foi o compromisso assumido pelo presidente Lula com os trabalhadores, que, pelo contrário, assumiu compromisso de fortalecer e valorizar a estatal e seus funcionários.

"Se a Casa Civil optar por seguir esse caminho de confronto aberto e desrespeito aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, declaramos que a Fentect e seus sindicatos filiados estarão prontos para convocar uma greve geral nacional, com a força de cada ecetista e o apoio da sociedade, que conhece e reconhece a importância social dos Correios", continua a nota.

E finaliza afirmando que "não aceitará chantagens, não se calará diante de ataques e seguirá firme na defesa dos empregos, dos direitos e do patrimônio do povo brasileiro".



Deputados protocolam projetos contra decreto que limita BPC

Deputados de diferentes partidos estão tentando barrar uma medida que pode restringir o acesso de milhares de idosos de baixa renda ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Pelo menos seis parlamentares já protocolaram projetos para revogar a decisão do governo de incluir o valor recebido do Bolsa Família no cálculo da renda familiar per capita, critério determinante para concessão do BPC.

A mudança foi determinada pelo presidente Lula, sob justificativa de conter o crescimento de despesas públicas. No entanto, parlamentares alertam que a medida dificultará ainda mais o acesso ao benefício justamente para a população mais vulnerável: idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza extrema.

O BPC garante o pagamento de um salário mínimo a pessoas com deficiência ou idosos com 65 anos ou mais que comprovem não ter meios de prover sua própria subsistência. Para ter direito, é preciso que a renda familiar por pessoa seja inferior a 1/4 do salário mínimo. Ao somar o valor do Bolsa Família nesse cálculo, que antes era excluído, muitas famílias ultrapassam esse limite e, assim, perdem o direito ao benefício.

A inclusão da renda bruta no cálculo, em vez da líquida como ocorria antes, torna a regra ain-

da mais rígida. Isso desconsidera, por exemplo, descontos com dívidas, aluguel ou medicamentos, realidade comum entre beneficiários do BPC.

Entre os parlamentares que tentam reverter a decisão está o deputado Duarte Jr. (PSB-MA), que classifica as novas exigências como "desconectadas da realidade de milhões de brasileiros". Ele denuncia ainda o curto prazo imposto para que os beneficiários atualizem seus dados, incluindo a obrigatoriedade do registro biométrico, medida que pode excluir idosos que vivem em áreas remotas ou não têm acesso a tecnologia.

"A norma impõe prazos excessivamente curtos para defesa, atualização cadastral e realização de registro biométrico, desconsiderando as reais condições de acessibilidade, conectividade e suporte técnico enfrentadas por milhões de brasileiros que dependem desse benefício para sua subsistência", argumenta Duarte Jr.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) também apresentou projeto para revogar especificamente a parte do decreto que insere o Bolsa Família no cálculo da renda mínima, apontando que essa mudança fere a lógica de proteção social do próprio Estado. Parlamentares do PL e o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) também protocolaram iniciativas semelhantes.

Plano de nazi-israelenses é campo de concentração com 600 mil palestinos



Foto final da reunião de cúpula no Rio BRICS repudia ameaça de Trump contra países que se alinhem à Maioria Global

Países do BRICS se manifestaram sobre a ameaça do presidente norte-americano Donald Trump, via sua rede Truth Social e em meio à realização da cúpula no Rio de Janeiro, de “taxar em 10% extra” a qualquer país que “se alinhar com as políticas anti-americanas do BRICS”, com o anfitrião, o presidente brasileiro Lula, assinalando que “o mundo mudou, não queremos imperador e o BRICS é um outro modelo”. E acrescentou que existe a reciprocidade: “se ele achar que pode taxar, os países têm o direito de taxar também”.

O Ministério das Relações Exteriores da China afirmou que “o uso de tarifas não serve a ninguém” e declarou que “se opõe ao uso de tarifas como ferramenta para coagir outros países”.

O espectro que assombra Trump, o da desdolarização – e fim, portanto, do “privilégio exorbitante” que permite torrar trilhões nas guerras eternas, pagos como tributo pelo mundo inteiro –, apesar de presente nos debates, não foi motivo de qualquer resolução na cúpula.

A declaração da cúpula do BRICS, de consenso, como é tradição, em nenhum momento se pronunciou diretamente contra os Estados Unidos, mas, sim, se manifestou oportunamente pelo multilateralismo e contra “as tarifas unilaterais sem precedentes”.

Tarifas que “distorcem o comércio e são inconsistentes com as regras da Organização Mundial do Comércio”. E também registrou que os bloqueios comerciais (ou seja, as sanções) “afetam as perspectivas de desenvolvimento econômico global”. Além de condenar o genocídio em Gaza, o ataque não provocado ao Irã e o terror contra alvos civis russos.

A Rússia também respondeu às declarações de Trump. “Vimos, de fato, essas declarações do presidente Trump, mas é muito importante destacar que a singularidade de um grupo como o Brics está no fato de que ele reúne países com abordagens e visões de mundo comuns sobre como cooperar com base em seus próprios interesses”, disse o porta-voz Dmitry Peskov. “Essa cooperação dentro do BRICS nunca foi e nunca será dirigida contra terceiros”, asseverou.

Também o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da África do Sul, Chrispin Phiri, declarou que o BRICS deve ser visto como um movimento em prol de um “multilateralismo reformado, nada mais”. Cujos objetivos, ele acrescentou, “são, principalmente, criar uma ordem global mais equilibrada e inclusiva, que reflita melhor as realidades econômicas e políticas do século 21”.

Phiri assinalou que “como já comunicamos anteriormente, não somos anti-americanos”, e que seu país “vem tentando negociar um acordo comercial com o governo Trump desde maio, quando da visita do presidente Cyril Ramaphosa à Casa Branca”.

A Malásia enfatizou que mantém uma política externa e econômica independente e está focada na facilitação do comércio, não no alinhamento ideológico.

Em outro trecho da declaração do Rio de Janeiro, os BRICS afirmam: “Condenamos a imposição de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional e reiteramos que tais medidas, na forma de, entre outras, sanções econômicas unilaterais e sanções secundárias, têm implicações negativas de longo alcance para os direitos humanos, incluindo os direitos ao desenvolvimento, à saúde e à segurança alimentar da população em geral dos estados atingidos, afetando de maneira desproporcional os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, aprofundando a exclusão digital e exacerbando os desafios ambientais”.

COLAPSO

Em seu pronunciamento, por videoconferência, à cúpula do Rio de Janeiro, o presidente russo, Vladimir Putin, acabou por se referir ao que tira o sono de Trump e seu projeto MAGA.

“Todos nós vemos que mudanças fundamentais estão ocorrendo no mundo. A ordem mundial unipolar, que servia aos interesses do chamado ‘bilhão dourado’, está ficando no passado. Está surgindo uma ordem mais justa, multipolar. Tudo indica que o modelo da globalização liberal está se esgotando, enquanto o centro da atividade econômica se desloca para os mercados em desenvolvimento, impulsionando um forte crescimento — inclusive entre os países do BRICS”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Sucesso do BRICS incomoda Trump e a casta decadente norte-americana

“É um tiro do pé”, afirma Celso Amorim sobre a ameaça de Donald Trump de taxar quem se aproximar do BRICS

A ameaça feita pelo chefe do governo dos Estados Unidos, Donald Trump, de sobretaxar os países que se alinhem ao BRICS é a confirmação de que o crescimento e o fortalecimento do grupo, que hoje já superam 40% do PIB global em paridade de poder de compra, está incomodando bastante o império em decadência.

A cúpula dos chefes de Estado do BRICS alertava o mundo contra o uso de tarifas comerciais como armas políticas contra os demais países.

No comunicado da cúpula de líderes, o BRICS criticou, sem citar nominalmente Trump ou os EUA, o “aumento indiscriminado de tarifas” como ameaça à redução do comércio global

e condenou a imposição de “medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional”.

Os países manifestaram também no texto ter “sérias preocupações” com o aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais “que distorcem o comércio e são inconsistentes com as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio)”.

O assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, afirmou, que a possível imposição de uma tarifa adicional pelos EUA ao Brasil é um “tiro no pé” do governo norte-americano. “Nós temos muita vontade de comerciar com os Estados Unidos. Aliás, o Brasil é um dos poucos países que têm déficit com os Estados Unidos, quer dizer, os EUA têm um superávit conosco.”

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



O plano é construir campo de concentração sobre escombros de Rafah

Funcionário de Médicos Sem Fronteiras é assassinado na fila por um saco de farinha

Abdullah Hammad trabalhava para a organização Médicos Sem Fronteiras como higienista de hospital. Com ele as forças de extermínio de Israel já mataram 1.580 profissionais de saúde desde o início da agressão a Gaza

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) condenou o assassinato de Abdullah Hammad, funcionário, morto a tiros pelas forças israelenses. O 12º membro da organização morto pelo exército israelense desde outubro de 2023, era higienista, responsável pela desinfecção hospitalar que havia trabalhado na clínica do MSF em Al Mawasi por um ano e meio.

Colegas afirmam que Hammad fazia parte de um grupo de palestinos que buscava coletar farinha em Khan Younis quando as forças israelenses atacaram sem aviso, matando 16 pessoas.

Enquanto a agressão genocida de Israel contra a Faixa de Gaza não para, os hospitais no território palestino continuam a ser devastados e a receber um número crescente de pessoas sem vida e feridos, em meio a um colapso humanitário agravado por uma escassez crítica de sangue e hemoderivados.

A Sociedade do Crescente Vermelho Palestino (PRCS) denunciou, que uma de suas clínicas médicas a leste da Cidade de Gaza parou de funcionar depois que vários projéteis israelenses caíram nas proximidades, impossibilitando a continuidade do trabalho.

A associação disse em um comunicado: “O trabalho na clínica médica Al-Zaytoun, na Cidade de Gaza, foi interrompido depois que bombas caíram na área ao redor da clínica, ameaçando a segurança da equipe médica e dos pacientes.”

SEM SUPRIMENTOS

“As forças israelenses então ordenaram que as pessoas que estavam tentando recolher farinha saíssem imediata-



Hammad foi levado ao hospital Nasser, mas não resistiu

mente. O nível de desespero por alimentos em Gaza está nesse momento além de qualquer compreensão. A capacidade das agências humanitárias de atender às necessidades urgentes está restrita ao mínimo necessário. As tropas fascistas israelenses estão limitando as movimentações e a circulação de suprimentos e criaram uma maneira militarizada de distribuir alimentos que é degradante e mortal. A situação de fome sistêmica e deliberada a que os palestinos estão sendo submetidos há mais de 100 dias está levando as pessoas em Gaza ao limite. Esta carnificina precisa acabar agora”, disse o coordenador de emergência do MSF em Gaza, Aitor Zabalgogezkoa.

No centro de Gaza, uma fonte médica do Hospital dos Mártires de Al-Aqsa relatou a morte de cinco palestinos em um ataque de drone israelense contra civis em Deir al-Balah. Dois eram médicos do Centro Médico Al-Baraka, mais duas meninas e uma mulher. Vários outros ficaram feridos, alguns em estado crítico.

Desde outubro de 2023, as forças israelenses já mataram pelo menos 1.580 profissionais de saúde, sendo que 70 deles morreram em Gaza nas mãos de Israel nos últimos 50 dias, aponta o site norte-americano Democracy Now.

Segundo a coordenadora do MSF em Jerusalém Oriental, Damara Giuliani, que atendia os territórios de Gaza e Cisjordânia, 94% dos hospitais de Gaza estão fora de funcionamento porque foram bombardeados ou despejados. Os 6% que ainda funcionam também foram danificados.

Um dos mortos é o diretor do Hospital Indonésio, Marwan Sultan, cuja casa foi deliberadamente bombardeada, matando também sua esposa e cinco membros da família.

“Com profunda tristeza e tristeza, lamentamos o mártir do dever humanitário e médico, Dr. Marwan Sultan, diretor do Hospital Indonésio no norte de Gaza, que foi morto junto com vários membros de sua família quando as forças israelenses bombardearam sua casa na Cidade de Gaza”, denunciou o Ministério da Saúde palestino.

O principal hospital da Cidade de Gaza, o Al-Shifa, recebeu nove civis mortos na segunda-feira (7), seis dos quais morreram em um bombardeio direcionado ao Centro de Saúde dos Mártires de Al-Rimal, usado como abrigo no bairro a oeste da cidade.

Funcionários do al-Shifa, dizem que centenas de pacientes estão “enfrentando a morte” enquanto o hospital fica sem combustível em meio ao bloqueio de Israel.

Jogador da seleção palestina é morto pelas tropas genocidas israelenses

Jogador palestino é o mais recente das centenas de atletas assassinados por Israel.

Os ataques de Israel contra a população civil de Gaza continuam. Mataram o jogador de futebol palestino, Muhammad Fadl al-Lili com drone das forças fascistas de Israel que dispararam um míssil contra sua casa.

“Um drone disparou um míssil no quarto de Muhammad no terceiro andar de sua casa, fazendo com que ele sofresse uma grave hemorragia craniana, o que levou à sua morte,” comunicou a Associação Palestina de Futebol.

É o segundo jogador palestino de futebol assassinado por Israel na mesma semana. Muhammad foi morto no campo de refugiados al-Maghazi, no centro de Gaza, ele foi jogador do clube Al-Maghazi Services Club e da seleção palestina de futebol.

Mustafa Abu Amireh, outro jogador palestino de



Muhammad Fadl era um dos destaques da seleção palestina

futebol, também foi morto dois dias antes em um ataque das forças israelenses. Ele jogou em vários clubes em Gaza, como Al-Sadaka, Khadamat Al-Shati e Al-Zaytoun.

“O Al-Maghazi Services Club lamenta o mártir de seu herói e estrela, o capitão Muhammad al-Lili, que foi ferido no bombardeio de sua casa na semana passada,” postaram na rede social Facebook.

De acordo com a Associação Palestina de Futebol, cerca de 785 atletas foram mortos por Israel em Gaza e na Cisjordânia desde outubro de 2023.

Crescem as manifestações de protesto contra a participação das seleções israelenses dos torneios internacionais enquanto permanecem a chacinha de cidadãos em geral e atletas em particular pelas tropas assassinas de Netanyahu.

De acordo com a Associação Palestina de Futebol, cerca de 785 atletas foram mortos por Israel em Gaza e na Cisjordânia desde outubro de 2023.

Crescem as manifestações de protesto contra a participação das seleções israelenses dos torneios internacionais enquanto permanecem a chacinha de cidadãos em geral e atletas em particular pelas tropas assassinas de Netanyahu.

De acordo com a Associação Palestina de Futebol, cerca de 785 atletas foram mortos por Israel em Gaza e na Cisjordânia desde outubro de 2023.

Crescem as manifestações de protesto contra a participação das seleções israelenses dos torneios internacionais enquanto permanecem a chacinha de cidadãos em geral e atletas em particular pelas tropas assassinas de Netanyahu.

De acordo com a Associação Palestina de Futebol, cerca de 785 atletas foram mortos por Israel em Gaza e na Cisjordânia desde outubro de 2023.

Crescem as manifestações de protesto contra a participação das seleções israelenses dos torneios internacionais enquanto permanecem a chacinha de cidadãos em geral e atletas em particular pelas tropas assassinas de Netanyahu.

De acordo com a Associação Palestina de Futebol, cerca de 785 atletas foram mortos por Israel em Gaza e na Cisjordânia desde outubro de 2023.

Crescem as manifestações de protesto contra a participação das seleções israelenses dos torneios internacionais enquanto permanecem a chacinha de cidadãos em geral e atletas em particular pelas tropas assassinas de Netanyahu.

Em sua primeira etapa, o campo de concentração aprisionará 600.000 palestinos, em uma área de menos de um terço da Faixa de Gaza, uma das regiões já mais densamente povoadas do Planeta

Na sua viagem a Washington, Netanyahu detalhou seu plano para “um futuro melhor” aos palestinos de Gaza.

A repórteres, Netanyahu asseverou que Washington e Tel Aviv estavam “trabalhando com outros países” para dar aos palestinos “um futuro melhor”, uma vez deportados de Gaza. Declaração que possivelmente parecerá à Corte Internacional de Justiça da ONU mais uma autoincriminação.

“Se as pessoas quiserem ficar, podem ficar, mas se quiserem sair, devem poder sair. Gaza não deveria ser uma prisão. Deve ser um lugar aberto e dar às pessoas uma escolha livre”, disse Netanyahu, no cinismo de tentar colar o exílio forçado (continuação da Nakba) forçado enquanto estabelece campos de concentração na Faixa de Gaza para os “que quiserem ficar”.

O que não falta atualmente aos palestinos são oportunidades de “livre escolha”, como mostram as pilhas de destroços por toda a parte, praticamente toda a população desalojada de suas casas, hospitais bombardeados, 57.500 mortos, fome, e as cenas de civis abatidos a tiros quando tentavam conseguir um saco de farinha nas quatro armadilhas mortais da assim chamada Fundação Humanitária de Gaza, montada conjuntamente pelos EUA e Israel.

“Estamos trabalhando com os Estados Unidos muito de perto para encontrar países que queiram dar aos palestinos um futuro melhor”, insistiu o genocida, acrescentando estarem “chegando perto de encontrar vários países”.

SOBRE RUÍNAS

O ministro de “Defesa” israelense, Israel Katz, anunciou esta semana que instruiu o exército a preparar um plano para estabelecer um campo de concentração nas ruínas de Rafah, cidade localizada no extremo sul da Faixa de Gaza, onde pretende amontoar toda a população palestina.

O governo de Netanyahu estima, inicialmente, que 600 mil palestinos que estão lutando para sobreviver na área costeira de Mawasi, perto de Rafah, onde têm chegado nos últimos meses após serem deslocados à força de outras partes da região, serão deslocados para o que Katz chamou de “cidade humanitária”.

As informações da imprensa de Israel indicam que a construção da “cidade” começaria durante os 60 dias do cessar-fogo atualmente em negociação.

O ministro declarou que os palestinos seriam submetidos a uma triagem para garantir que não sejam membros de nenhum setor da resistência à invasão e que não teriam permissão para sair de lá, ou seja, ficariam presos. A área seria cercada militarmente por Israel e Katz afirmou que toda a população civil de Gaza, cerca de 2 milhões de pessoas, seria transferida para o campo de concentração.

A intenção é que todos os moradores de Gaza fiquem fixados nesse local. No entanto, o ministro mais uma vez promoveu a migração voluntária para outros países, uma inicia-

tiva defendida pelo presidente dos EUA, Donald Trump, no início deste ano, sem dizer para onde nem com que condições.

CONTRA A HUMANIDADE

Michael Sfard, advogado dos Direitos Humanos em Israel, denunciou o plano como uma violação clara das leis internacionais.

“[Katz] elaborou um plano operacional para um crime contra a humanidade. Não é nada menos do que isso. Trata-se de transferir a população para o extremo sul da Faixa de Gaza, em preparação para a deportação para fora da faixa”, assinalou Sfard.

“Embora o governo ainda chame a deportação de ‘voluntária’, as pessoas em Gaza estão sob tantas medidas coercitivas que nenhuma saída da faixa pode ser vista em termos legais como consensual. Expulsar alguém de sua terra natal seria um crime de guerra, no contexto de uma guerra. Se for feito em grande escala, como ele planeja, torna-se um crime contra a humanidade”, destacou.

“Não é humanitário nem uma cidade”, disse Amos Goldberg, historiador do Holocausto na Universidade Hebraica de Jerusalém, ao The Guardian. “Uma cidade é um lugar onde você tem possibilidades de trabalho, de ganhar dinheiro, de fazer conexões e liberdade de movimento. Há hospitais, escolas, universidades e escritórios. Não é isso que eles têm em mente”, acrescentou o professor, observando que o que está sendo proposto “não oferece condições dignas e habitáveis, servindo como um campo de concentração ou campo de trânsito para os palestinos antes de serem expulsos”.

O presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil, Ualid Rabah, também comparou o projeto a um “campo de concentração”.

“Esse campo de concentração vai estar cercado belicamente, então ele será um campo de concentração 100%, em que a razão humana será ordenada pela ocupação e será administrada a vida dessa população para a transferência compulsória. Então nós estamos agora em mais uma sinistra etapa, portanto, da Solução Final por meio do campo de concentração”, afirmou.

Em abril passado, o próprio Katz já havia anunciado que o exército tomaria grandes áreas de Gaza, que seriam adicionadas às chamadas “zonas de segurança” para expulsar “terroristas”. Para conseguir isso, as tropas israelenses expandiriam as ordens de “evacuação” — descritas pela ONU como deslocamento forçado — atingindo a Faixa com ataques maiores.

Em recente entrevista ao portal ‘Democracy Now!’, o escritor Muhammad Shehadea declarou que “eles emitiram mais de 50 ordens de evacuação desde 18 de março. As últimas ordens de evacuação foram emitidas para as áreas mais populosas da própria Cidade de Gaza, as áreas onde havia alguma capacidade de manter a vida humana organizada. E, basicamente, Israel está pedindo que eles evacuem para as mesmas áreas que já foram evacuadas, para uma área que já está sob ordem de evacuação, Deir al-Balah e Zawayda.”

PC russo restaura a verdade sobre Stalin e repudia informe de Krushchev



Presidente Xi na homenagem aos combatentes na Guerra de Resistência

“Resistência da China foi decisiva para libertar o mundo do fascismo”, afirma Xi Jinping

Durante a cerimônia para marcar o 88º aniversário do início da vitoriosa Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Antifascista Mundial, Xi Jinping, presidente e secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), prestou homenagem aos mártires da luta pela libertação nacional.

Na praça do monumento em homenagem aos mártires da Campanha dos Cem Regimentos, em Yangquan, na Província de Shanxi, no norte da China, na segunda-feira (7), Xi depositou uma cesta de flores rendendo tributo às mais de 300 mil vítimas do Massacre de Nanjing cometido pelos invasores japoneses em 1937 e, em seguida, visitou o salão memorial que comemora este grande evento.

Durante a visita, Xi ressaltou o papel e a história da liderança do PCC, tanto de militares quanto de civis, “na luta corajosa contra os invasores japoneses, e sobre os esforços para aprimorar a educação sobre a história revolucionária e promover o grande espírito de resistência à agressão”.

E sublinhou que “no principal campo de batalha oriental na luta global contra o fascismo, o esforço de resistência da China foi decisivo para derrotar o fascismo japonês e apoiar outras frentes na Europa e na Ásia, contribuindo profundamente para a vitória final e a paz mundial”.

“LIBERTAÇÃO NACIONAL E PAZ MUNDIAL”

Além desta cerimônia foi realizada a apresentação de uma exposição com o tema “Pela Libertação Nacional e a Paz Mundial”, lançada para comemorar a vitória, no Museu da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa, localizado perto da Ponte Lugou – também conhecida como Ponte Marco Polo -, onde as tropas japonesas atacaram as forças chinesas em 7 de julho de 1937, marcando o início de sua invasão plena da China.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Presidente do México condena medida de Trump que agrava bloqueio a Cuba

A presidente mexicana Claudia Sheinbaum repudiou o memorando de Trump, que intensifica o embargo econômico, comercial e financeiro contra Cuba: “Somos radicalmente contra”, declarou a chefe de Estado, em resposta a uma pergunta sobre a posição de seu governo em relação a essa decisão.

Assinado pelo presidente Donald Trump na segunda-feira, 30 de junho, o documento intitulado Memorando Presidencial de Segurança Nacional (NSPM) reforça restrições contra Cuba que estão em vigor há mais de seis décadas.

A deletéria medida restabelece restrições econômicas, financeiras, diplomáticas e migratórias semelhantes às implementadas durante o primeiro mandato de Trump, intensificando o impacto sobre a população cubana e, especialmente, aplica a proibição ao turismo dos EUA em Cuba. Para ameaçar os norte-americanos que descumprirem o ditame, o memorando estabelece auditorias regulares e manutenção obrigatória de registros de todas as transações relacionadas a viagens ao exterior dos cidadãos do país por pelo menos cinco anos.

Sheinbaum afirmou que a posição do México se baseia nos princípios de política externa estabelecidos na Constituição, que priorizam a não intervenção, a autodeterminação dos

povos e o respeito à soberania.

“O México é o país que votou contra o bloqueio a Cuba durante décadas, e essa sempre será a nossa posição”, assinalou, lembrando que isso reforça o apoio do seu país às resoluções anuais da ONU que pedem o fim do embargo, apoiadas pela maioria dos Estados-membros.

A condenação do memorando pelo México se soma às críticas de outras nações latino-americanas, como a do presidente boliviano Luis Arce, que, em nome do seu povo, também rejeitou a medida e expressou solidariedade ao presidente cubano Miguel Díaz-Canel.

Da mesma forma, em Honduras, a Associação de Amizade Honduras-Cuba condenou o endurecimento do bloqueio.

A China também pediu o levantamento imediato do bloqueio e das sanções impostas a Cuba pelos Estados Unidos, bem como a remoção da Ilha da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, elaborada unilateralmente pelo governo de Trump.

Mao Ning, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, enfatizou que, nos últimos 60 anos, os EUA “impuseram um bloqueio brutal e sanções ilegais a Cuba, violando gravemente seu direito à sobrevivência e ao desenvolvimento, violando as normas básicas das relações internacionais e causando graves desastres para o povo cubano”.



“Joseph Stalin ocupa um lugar especial na memória do povo”, afirma o PC russo

“Modelo de globalização liberal está se tornando obsoleto,” afirma Putin em discurso ao BRICS

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, ao discursar neste domingo na cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro, para líderes de outros países, disse que a era da globalização se tornou obsoleta e que o foco dos mercados está se voltando para as economias emergentes.

“Tudo indica que o modelo de globalização liberal está se tornando obsoleto,” disse Putin por videoconferência. “Essa ordem está ficando para trás e dá lugar a um mundo mais justo e multipolar, impulsionado por países em desenvolvimento”, enfatizou. Observou que “o centro da atividade empresarial está se deslocando para os mercados emergentes.”

Ele também defendeu um “sistema financeiro próprio” para o BRICS. Para Putin, isso possibilitaria que países membros façam transações financeiras de forma mais “rápida, mais eficiente e segura”.

“A criação de um sistema independente de liquidação e depósito na plataforma do BRICS irá, ao que parece, tornar as transações de moeda mais rápidas, eficientes e seguras”, disse. “A propósito, o uso de moedas nacionais no comércio entre nossos países está crescendo constantemente: em 2024, a participação de nossa moeda nacional, o rublo e as moedas de países amigos nos acordos da Rússia com outros países do BRICS totalizou 90%,” comentou Putin sobre aumento do uso de moedas nacionais para transações entre países membros do BRICS.

“A tarefa de aumentar o volume de investimentos de capital



Putin fala à reunião do BRICS por videoconferência

recíprocos pelos países membros da associação, inclusive por meio dos mecanismos do BRICS e principalmente do Novo Banco de Desenvolvimento, também parece relevante. Para esses fins, a Rússia propôs a formação de uma nova plataforma de investimento do BRICS. A ideia é desenvolver conjuntamente instrumentos acordados para apoiar e atrair fundos das economias de nossos países e dos países do Sul e do Leste Global.”

O líder russo também pediu mais cooperação entre os países membros do BRICS. De finanças, recursos naturais, comércio, os BRICS, segundo Putin, devem estar abertos para outros países membros do bloco.

“O principal é que os países do BRICS continuem a aprofundar a cooperação em áreas chave de política e segurança, economia e

finanças e contatos culturais e humanitários.”

“Nossa associação se expandiu significativamente e inclui os principais estados da Eurásia, África, Oriente Médio e América Latina. Juntos, possuímos um enorme potencial político, econômico, científico, tecnológico e humano”, declarou Putin.

Sobre o conflito na Ucrânia, Putin comemorou a união do povo russo nesse período de guerra. “Estamos vendo que o apoio público é muito mais amplo, é verdadeiramente nacional, toda a Rússia participa, sem exagero”, disse.

A iniciativa da ‘Frente Popular Pan Russa’ ajudou enviar para o frente de batalha mais de “110.000 drones de várias modificações, incluindo sistemas de ataque de fibra óptica resistentes a interferências” e que “queimaram equipamentos inimigos avaliados em mais de 2.000 milhões de dólares”.

“Não vou permitir que a polícia de fronteira de Trump aterrorize Nova Iorque”, diz candidato democrata

“O presidente dos Estados Unidos acaba de ameaçar me prender, retirar minha cidadania, me colocar em um campo de detenção e me deportar. Não porque eu tenha infringido alguma lei, mas porque me recuso a deixar o ICE (Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA, na sigla em inglês de Immigration and Customs Enforcement), aterrorizar nossa cidade”, disse o candidato democrata à prefeitura de Nova York, Zohran Mamdani, sobre as ameaças feitas por Donald Trump.

“Suas declarações são um ataque à nossa democracia e uma tentativa de calar quem se recusa a viver nas sombras”, denunciou.

Em entrevista à ABC News, avaliando que deve ser alvo constante de ataques no futuro, o candidato declarou que “não é a primeira vez que Trump comenta sobre mim, e eu o encorajo — assim como a todo novo-iorquino — a se informar sobre minhas propostas para tornar a cidade mais acessível”.

O atual deputado estadual em Nova York destacou que Trump ainda não cumpriu sua promessa de campanha de baixar os preços, uma questão que disse estar disposto a discutir, caso o ex-presidente adote uma postura mais colaborativa. Entre suas propostas, Mamdani defende ações que envolvem criar uma rede de mercados municipais controlados pela prefeitura para combater os altos custos de ali-



Zohran Mamdani em campanha (Kate Godowski)

mentos na cidade.

O candidato democrata assinalou que além das questões econômicas também pretende questionar Trump sobre as políticas de deportação em massa e perseguição a grupos vulneráveis. “Se ele continuar a focar na perseguição de opositores políticos, na tentativa de deter e desaparecer moradores de Nova York com base na documentação, eu lutarei contra isso reiteradamente”, afirmou.

Também criticou o atual prefeito Eric Adams, que busca reeleição como independente e foi elogiado por Trump durante sua entrevista, tendo instruído o Departamento de Justiça a retirar acusações de corrupção contra ele, gerando suspeitas de troca de favores.

“Enquanto os republicanos do MAGA (sigla de campanha de Trump, a promessa não cumprida de “Fazer a América Grande Novamente”), tentam destruir a rede de proteção social e beneficiar bilionários às custas das famílias trabalhadoras, a cidade de Nova York precisa de uma liderança que enfrente o autoritarismo, não que se alie a ele”, declarou o candidato democrata.

Nascido em Kampala, Uganda, filho de um pai indiano-ugandense professor da Universidade de Columbia, e de uma mãe indiana cineasta, Mamdani mudou-se para a cidade de Nova York aos sete anos de idade, naturalizando-se cidadão americano em 2018.

Leia mais no site

Os comunistas russos consideraram no seu XIX Congresso que o “relatório de Krushchev” de 1956 é “errôneo e tendencioso” pela “falsificação de fatos e por falsas acusações” contra Stalin

O recém concluído XIX Congresso do Partido Comunista da Federação Russa, realizado em meio às comemorações dos 80 anos da vitória sobre o nazismo, três anos da guerra contra a expansão da Otan e com a Rússia sob 30.000 sanções, aprovou a “restauração da plena justiça histórica sobre Stalin”, repudiou o infame “relatório de Krushchev” ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e conclamou o presidente Putin a devolver a Volgogrado seu nome heróico de Stalingrado.

“Chegou a hora de declarar especificamente a necessidade de restaurar a plena justiça histórica em relação a Joseph Vissarionovich Stalin”, convocou o PCRF, liderado pelo veterano Gennady Zyuganov.

“Joseph Stalin ocupa um lugar especial na memória do povo. Sua imagem está entre os grandes ancestrais que criaram a glória e o poder da Pátria, salvaram nosso povo da escravidão e da morte. Stalin está na mesma linha de Alexander Nevsky e Dmitry Donskoy, Kuzma Minin e Dmitry Pozharsky, Ivan III e Pedro, o Grande, Alexander Suvorov e Mikhail Kutuzov. Seu nome está para sempre inscrito na história, ao lado do nome do fundador do Estado soviético, Vladimir Lenin”, afirma a resolução.

Milhões de patriotas – acrescenta – entraram em combate mortal com a escória fascista com o grito de vitória: “Pela Pátria! Por Stalin!”.

“Hoje, quando o militarismo da Otan intensifica a agressão contra a Rússia, Vladimir Lenin e Joseph Stalin estão conosco nas fileiras dos lutadores pela liberdade e independência de nossa Pátria.”

“O povo soviético jamais renunciou a Stalin. A imagem de um líder exigente e justo foi cuidadosamente preservada nos corações dos comunistas e dos não partidários. ‘Stalin não é para vocês!’ – diziam os trabalhadores aos burocratas decadentes, canalhas e parasitas, saqueadores da propriedade socialista.”

Os comunistas russos consideraram o “relatório de Khrushchev” de 1956 “errôneo e politicamente tendencioso”, com “fatos falsificados e falsas acusações” contra Stalin, “distorcendo a verdade sobre seu Estado e suas atividades partidárias”.

“Na esperança de popularidade barata, [Khrushchev] submeteu os resultados de 30 anos de liderança de Stalin à difamação generalizada”.

“A desenfreada campanha anti-Stalin desferiu um golpe colossal na autoridade do partido e criou confusão moral e política na sociedade soviética. Uma profunda cisão foi semeada na comunidade socialista. A ruptura das relações da URSS com a República Popular da China e a República Popular da Albânia foi predeterminada. Isso marcou o início de uma dolorosa crise no movimento comunista internacional. Antisoviéticos de todos os tipos, agências de inteligência ocidentais e os notórios “dissidentes” se armaram com um “trunfo” na guerra de informação contra nosso país e o socialismo”, afirma a recém aprovada resolução dos comunistas russos.

A resolução também cita o lendário Comissário do Povo stalinista, Marechal da União Soviética D. F. Ustinov: “Nenhum inimigo nos causou tantos problemas quanto Khrushchev com sua política em relação ao passado de

nosso partido e Estado, bem como em relação a Stalin.”

“O marxismo-leninismo ensina que para os comunistas existe apenas um caminho verdadeiro – o caminho da verdade histórica. Ela deve ser conhecida, defendida e restaurada”, aponta a resolução, observando que a vida e a luta de Stalin, como a de qualquer figura histórica, foram repletas de deficiências e contradições. Mas a correção dos erros e erros de cálculo cometidos foi, em muitos casos, iniciada por ele mesmo, o que criou a base para o fortalecimento da legalidade socialista.

“O papel de Stalin na defesa do caminho leninista, na garantia da unidade dos comunistas, no desenvolvimento do poderio industrial da URSS e na organização da resistência à Europa fascista” e para “a Grande Vitória sobre o nazismo alemão e o militarismo japonês” são incomensuráveis frente aos custos conhecidos dos erros atribuídos a Stalin, continua a resolução. “Atribuir fracassos a uma pessoa, mesmo que excepcional, é incompatível com o partido ou com a compreensão científica da história”.

Sobre uma apreciação mais correta e plena sobre os méritos de uma figura histórica, o PCRF se refere à “sábua posição do Partido Comunista da China sobre a relação entre os méritos e os erros de Mao Zedong”. (Que, aliás, se baseou na própria avaliação de Mao, frente ao relatório Krushchev, sobre os méritos e erros de Stalin).

A resolução também registrou que, sob Chernenko, nos 40 anos da vitória sobre Hitler, o PCUS se aproximou de rever o revisionismo Khrushchevita, mas isso não seguiu adiante e, em 1985, a ascensão de Gorbachev serviu como ponto de partida para uma crise artificial no partido e, em seguida, para a destruição criminosa da URSS.

A resolução também chama a “continuar o trabalho para perpetuar a memória de J.V. Stalin, estudar e promover seu legado teórico e prático e atualizá-lo nas atividades do Partido Comunista da Federação Russa e das forças patrióticas de esquerda no estágio atual”.

Abaixo, a resolução do Congresso do PCRF:

Resolução do XIX Congresso do Partido Comunista da Federação Russa “Sobre a restauração da plena justiça histórica em relação a Joseph Vissarionovich Stalin”

O passado histórico da Rússia e sua herança soviética despertam crescente interesse público. Nosso país está superando as consequências da droga sufocante do período Gorbachev-Yeltsin. O fato indiscutível está se tornando cada vez mais óbvio: a era de VI. Lenin e I.V. Stalin testemunhou os principais eventos do século XX – a Grande Revolução Socialista de Outubro, a criação da URSS, a vitória sobre o fascismo alemão e o militarismo japonês, a domesticação do átomo e a conquista do espaço. Foi então, em uma luta feroz com inimigos externos e internos, que se deu a difícil busca pelos caminhos certos para o desenvolvimento do país.

Joseph Stalin ocupa um lugar especial na memória do povo. Sua imagem está entre os grandes ancestrais que criaram a glória e o poder da Pátria, salvaram nosso povo da escravidão e da morte. [...]

Leia a íntegra no site do HP

Trump, Nero e as longas dores da transição

[O artigo abaixo foi originalmente publicado no site da Fundação Maurício Grabois (FMG) com o título Trump, Nero e as dores da transição: a decadência do imperialismo americano]

CARLOS LOPES

O Brasil é um país **dependente**.

Mas é necessário definir o que é um país dependente. O significado não é imediatamente claro para todas as pessoas. Assim como no início do século XX foi necessário definir o que era (e é) o imperialismo, desde então e agora é necessário definir o que é país dependente.

País dependente é aquele que faz parte do **sistema** imperialista, porém em posição **subordinada**, periférica. Em suma, aquele que ocupa a situação de país oprimido e explorado pelo centro imperialista. Pois o imperialismo não é apenas – como estabeleceu Lenin – a fase superior do capitalismo, mas é, também, um **sistema**, com seu centro e sua periferia.

Ainda que subsistam contradições com o centro imperialista, e sempre subsistem, o importante na definição de país dependente é a predominância da subordinação.

No Brasil, vivemos décadas de desenvolvimento, desde a Revolução de 30. Como notaram vários historiadores – em especial Nelson Werneck Sodré – o desencadeamento desse período, que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, correspondeu, nos países centrais do imperialismo, à violenta crise econômica iniciada em 1929. A crise no centro correspondeu a independência econômica e o desenvolvimento da periferia.

Este longo período foi interrompido pelo golpe de Estado de 1964 e a ditadura que se instalou em seguida, um regime particularmente submisso ao imperialismo. Apesar de um breve período durante o governo Geisel, o modelo econômico da ditadura foi, fundamentalmente, de privilégio aos monopólios privados estrangeiros – industriais, e, sobretudo, financeiros. A tentativa de voltar aos trilhos do nacional-desenvolvimentismo, com a Constituição de 88, foi frustrada pela restauração que sucedeu os acontecimentos, da época, no Leste Europeu.

Nossa libertação – nossa soberania, nossa independência nacional, e, portanto, nossa democracia – é uma função da nossa liberdade em relação à metrópole imperialista, tal como foi nos anos que se seguiram à Revolução de 30, que, como assinalou Haroldo Lima em seu **Informe Especial Sobre a Desnacionalização**, preferido no 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 2001, deu início ao nosso primeiro projeto nacional de desenvolvimento.

Portanto, também a nossa liberdade e o nosso desenvolvimento dependem (e usamos intencionalmente este verbo) do declínio – e, em última instância, fim – do imperialismo, isto é, do capitalismo da época atual.

Hoje, alvissareiramente, a decadência do imperialismo é muito maior do que em 1930 – até porque o imperialismo, desde 1945, não é mais aquela hidra (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão) de antes da IIª Guerra Mundial. Desde a vitória sobre o nazismo e o governo Truman, o imperialismo passou a se concentrar, sobretudo, nos Estados Unidos, inclusive submetendo imperialismos menores (Inglaterra, França, etc.).

A situação atual dos EUA, com um louco – verdadeiro ou falso (o que é ainda pior) – na Presidência, desindustrializado, dominado pelo parasitismo rentista, com taxas muito baixas de crescimento, com as forças produtivas travadas, culturalmente dominado pela monstruosidade, é característica de um período de transição. Do ponto de vista político, a

situação foi bem retratada por Gore Vidal. Por exemplo:

“... nós não temos um sistema bipartidário. Temos um Partido da Propriedade, da Riqueza, das Corporações, chame-lhe o que quiser, que tem duas alas direitas, uma é republicana e a outra democrata. Servem os bancos, as companhias de seguros, o agronegócio, toda a gente exceto o povo em geral” (entrevista de Gore Vidal a João Carlos Silva, na Fundação Gulbenkian, Portugal, publicada em 05/08/1998).

Desde o governo Truman – isto é, após a morte de Franklin Delano Roosevelt – “nada nos pareceu com uma república. Não teve tanto a ver com o engenho dos nossos imperadores, todos eles bastante fraquinhos, mas antes com as vastas quantias de dinheiro que normalmente seriam empregues e que eram lançadas na guerra. Dinheiro que devia ir para escolas, pontes, reparar cidades era sugado pela General Electric Motors, pela General Electric, pela Lockheed... Elas ficavam com todo o dinheiro” (idem).

Para Vidal, o Estado americano é uma tirania, onde “não existe democracia”.

Isso foi dito, note o leitor, há 27 anos, muito antes da crise financeira de 2008!

A situação, hoje, nos EUA, é muito pior.

Reparemos que o romancista norte-americano se concentrou principalmente – nos trechos que escolhemos – em aspectos políticos, embora haja tocado nos imensos monopólios privados da economia dos EUA (“General Motors, General Electric, Lockheed”), hoje também em decadência diante dos fundos rentistas tipo BlackRock ou das Big Techs.

O rentismo é, aliás, o sinal patognomônico da decadência norte-americana. Sua esterilidade – a montanha de papéis, que somam 8 ou 10 vezes o PIB mundial, isto é, a soma do valor anual das mercadorias produzidas no mundo – é totalmente escandalosa. Mas ele é o centro da economia dos EUA, e, infelizmente, para o nosso sofrimento, das economias dos países periféricos do sistema imperialista.

Como apontou Michael Hudson, o *offshoring*, isto é, a relocação de empresas industriais americanas no exterior, inclusive na China, é uma consequência do rentismo interno (v. Michael Hudson, **Trump's Inverted View of America's Tariff History**, 14/04/2025).

Portanto, ao rentismo de Wall Street corresponde a desindustrialização **no centro do imperialismo**, com suas consequências: desemprego industrial, desigualdade, miséria, criminalidade, loucura e fascismo.

É esta situação que Trump pretende reverter (se é que pretende, o que é muito duvidoso) com tarifas altas em relação à China, e outros países que produzem mercadorias, e deportações de imigrantes para os Estados Unidos, inclusive submetendo imperialismos menores (Inglaterra, França, etc.).

Talvez seja mais exato diagnosticar que o verdadeiro objetivo de Trump é aumentar as isenções de impostos de seus amigos bilionários, à custa das tarifas em cima de outros países, pois é evidente que essa política não conduzirá, jamais, à reindustrialização do seu país (v. HP 20/04/2025, **A falta de caráter da política de Donald Trump**).

Mas isso quer dizer que a decadência dos EUA é irreversível.

Não é uma má notícia, mas, no momento, com os EUA conservando alguma força, ainda é uma notícia dolorosa.



Trump no UFC 316, acontecido no Prudential Center, Newark, NJ, em 08/06/2025 (Foto: Casa Branca/Daniel Torok)

Entretanto, essa não é a primeira vez na história em que a decadência de um império – e um império **dominante**, se isso não é uma redundância – locupleta os acontecimentos políticos, econômicos e culturais do mundo.

O que eram Nero, Calígula e Heliogábalo – ou aqueles outros criminosos que pululam nas páginas dos **Anais**, de Tácito – senão os sinais mais dolorosos e sanguinários da decadência romana?

Ou, no final do século XVIII, o que era aquela nobreza dourada e depravada – que salta aos olhos dos leitores em **Les Liaisons Dangereuses**, de Choderlos de Laclos – que na França matava o povo de fome?

Eram as “dores do parto” (para usar uma expressão de Marx, sobre outra transição, em **Crítica do Programa de Gotha**) da passagem de um modo de produção para outro.

Nas palavras do próprio Marx, em outro trecho, também famoso:

“... na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social” (K. Marx, **Contribuição à Crítica da Economia Política**, trad. Florestan Fernandes, 2ª ed., Expressão Popular, 2008, p. 47).

Assim, a decadência romana e seu rosário de crimes era a transição do modo de produção escravagista para o modo de produção feudal – e durou alguns séculos, devido ao baixo nível das forças produtivas que se chocavam com as relações sociais de produção (isto é, com as relações de propriedade).

A época atual também é uma época de transição – somente que do capitalismo (em sua fase superior, o imperialismo) para o socialismo. Daí a sua semelhança, em muitos aspectos, com as transições anteriores da humanidade.

Lenin, ao caracterizar o im-

perialismo como “fase superior do capitalismo”, apontou, exatamente nesse mesmo sentido, sua particularidade também como capitalismo **moribundo**.

Escreveu ele – e aqui repartiremos os seus parágrafos, para melhor entendimento dos leitores:

“O imperialismo é um estágio histórico particular do capitalismo.

“Esta particularidade é tripla: o imperialismo é:

“(1) — capitalismo monopolista;

“(2) — capitalismo parasitário ou em decomposição;

“(3) — capitalismo moribundo” (cf. VI. Lenin, **O Imperialismo e a cisão do socialismo**, outubro de 1916, Obras escolhidas em seis tomos, tomo 3, Edições Progresso, Moscou, 1985, p. 57).

As duas primeiras particularidades, hoje (pelo menos entre marxistas), não são mais tão polêmicas quanto na época em que Lenin escreveu estas palavras. A última é, atualmente, a mais difícil de compreender. Porém, como nem todo mundo é marxista, vamos reproduzir a exposição de Lenin, resumidamente, também das duas primeiras particularidades do imperialismo.

1) o imperialismo como capitalismo **monopolista**:

“A substituição da livre concorrência pelo monopólio é o traço econômico fundamental, a essência do imperialismo” (italico de Lenin).

Reparemos que a concorrência não deixa de existir. O que desaparece é a livre concorrência, substituída pela concorrência **monopolista** – e a sua consequência, o desenvolvimento desigual.

2) o imperialismo como capitalismo **parasitário ou em decomposição**:

“Que o imperialismo é capitalismo parasitário ou em decomposição, isso manifesta-se, em primeiro lugar, na tendência para a decomposição que distingue todo o monopólio sob a propriedade privada dos meios de produção.

“Em segundo lugar, a decomposição do capitalismo manifesta-se na criação de uma enorme camada de *rentiers* [rentistas], de capitalistas que vivem de ‘cortar cupões’.

“Em terceiro lugar, a exportação do capital é o parasitismo ao quadrado.

“Em quarto lugar, ‘o capital financeiro aspira à dominação e não à liberdade’. A reação política em toda a linha é uma característica do imperialismo.

“Em quinto lugar, a exploração das nações oprimidas, indissolavelmente ligada às anexações e particularmente a exploração das colônias por um punhado de ‘grandes’ potências, transforma cada vez mais o mundo ‘civilizado’ num parasita no corpo de centenas de milhões de pessoas dos povos não civilizados” (idem, p. 58, itálicos de Lenin).

E Lenin sintetiza o que significa o **parasitismo** do capitalismo em sua fase imperialista: “O proletariado romano vivia à custa da sociedade. A sociedade atual vive à custa do proletariado moderno. Marx sublinhou particularmente esta

profunda observação de Simondon. O imperialismo modifica um pouco a situação. Uma camada privilegiada do proletariado das potências imperialistas vive parcialmente à custa de centenas de milhões de pessoas dos povos não civilizados” (p. 59).

Mais difícil, nos tempos de hoje, é perceber a terceira particularidade, isto é, por que o imperialismo é capitalismo **moribundo**. Pois isto implica na **transição** para o socialismo. Se o capitalismo, enquanto imperialismo, está **moribundo**, evidentemente outra era, outro modo de produção, terá de sucedê-lo.

Logo, toda a ferocidade do imperialismo, na verdade, é um sintoma de debilidade, de fraqueza, com caráter defensivo em relação à sua própria decadência e à transição para outro modo de produção.

Lenin, aliás, desde seus primeiros escritos sobre o imperialismo, baseados em Hobson (**Imperialismo**, 1902) e Hilferding (**O Capital Financeiro**, 1910), sempre estabeleceu que o imperialismo era não somente a fase superior do capitalismo, mas uma fase de transição para o socialismo. Por exemplo:

“De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de **capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante**” (VI. Lenin, **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**, 1914, T. 2, OE/6, ed. cit., grifo nosso).

Ou: “... o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a **transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada**” (idem, grifo nosso).

Ou: “É geralmente conhecido até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do **período histórico de transição** iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial” (idem, grifo nosso).

Assim, em 1916, dois anos depois de **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**, a terceira particularidade do imperialismo, o capitalismo **moribundo**, não apresenta para ele grandes dificuldades. Pelo contrário, das três particularidades, esta é, para Lenin, em sua época, a menos complexa e a mais evidente – ou, pelo menos, a que demanda menos explicações para os leitores do *Sbornik Sotsial-Demokrata*, onde ele publicou “O imperialismo e a cisão do socialismo”.

Literalmente: “É compreensível por que é que o imperialismo é capitalismo **moribundo**, em transição para o socialismo: o monopólio, que cresce do capitalismo, é já a agonia do capitalismo, o começo da sua passagem para o socialismo. A gigantesca socialização do trabalho pelo imperialismo



(aquilo a que os apologistas, os economistas burgueses, chamam ‘entrelaçamento’) significa a mesma coisa” (ed. cit., p. 59, itálicos de Lenin).

Toda essa exposição do significado econômico e histórico do imperialismo é uma contestação a Kautsky, e, em boa parte, a Trotsky (embora não apenas a estes). Na época em que o texto foi escrito, antes da Revolução Russa de Outubro de 1917, a posição reformista de Kautsky ainda era predominante no movimento socialista internacional.

Segundo esta posição, o imperialismo não era uma fase do capitalismo, muito menos uma fase “superior”, mas apenas uma “política” do capitalismo.

Por que Kautsky achava isso, hoje é fácil perceber: a concepção de que o imperialismo era uma fase superior do capitalismo implicava em concebê-lo como uma fase de transição para o socialismo, como capitalismo **moribundo**. E isso era, precisamente, o que os reformistas, aqueles supostos “marxistas” que na Europa se passaram para o lado da burguesia imperialista, não queriam conceber.

Nesse sentido, contestando Kautsky, Lenin expõe o fundo da questão:

“A particularidade do imperialismo é a dominação precisamente não do capital industrial mas financeiro” (idem, 59, itálico de Lenin).

A situação atual dos EUA – e de seu domínio sobre outros países, em especial os da periferia, como o nosso – é exatamente essa. O capital industrial deixou de ser predominante e o rentismo domina a vida econômica.

O que são os EUA de hoje? Um país onde os negros estão, aos milhões, na cadeia (v. Michelle Alexander, **The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness**, The New Press, 2010).

Um país onde os imigrantes, sobretudo latinos, vivem de bicos.

Um país onde a maioria dos brancos prepara sanduíches e batatas fritas no McDonald’s e assemelhados.

E nem falamos dos indígenas, já suficientemente massacrados, quase exterminados.

Enquanto isso, a atmosfera é persecutória para todos – e nenhuma perspectiva de vida ou escalada cultural é dada aos cidadãos.

Não há teoria sobre um “país de serviços” que possa substituir o engrandecimento econômico proporcionado pelo operariado industrial que construiu os EUA. Imigrantes vivendo do Uber não substituem empregos nas fábricas.

Qual a diferença de Trump para Nero? Talvez os limites sejam diferentes, mas nem isso. A erupção de sangue em Gaza, no Líbano e no Irã é muito mais terrível do que aquela dos festivais romanos em que alguns leões africanos comiam cristãos. Do ponto de vista moral, Trump e Netanyahu são ainda piores do que Nero e Heliogábalo.

O que estamos vendo nos tempos atuais, com Trump e sua turma, é o fim de uma época, o fim do modo de produção capitalista, em sua última (perdão por mais uma redundância) fase, o imperialismo terminal. Daí as terríveis “dores do parto” que estamos assistindo. Pois o fim do capitalismo imperialista é, ao mesmo tempo, a passagem para o socialismo, que não sairá desse processo completamente isento das consequências dessa passagem:

“... estas inconvenientes são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como precisamente saiu da sociedade capitalista, após longas dores de parto” (K. Marx, **Crítica do Programa de Gotha**).